



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

LUCAS ALVES SILVA

PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES NEGROS QUILOMBOLA SOBRE SUAS
IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO JOSÉ DA POVOAÇÃO

BREVES-PA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

LUCAS ALVES SILVA

PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES NEGROS QUILOMBOLA SOBRE SUAS
IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO JOSÉ DA POVOAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Vilma Aparecida de Pinho.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem.

BREVES-PA

2023

LUCAS ALVES SILVA

PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES NEGROS QUILOMBOLA SOBRE SUAS
IDENTIDADES ETNICO-RACIAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO JOSÉ DA POVOAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Vilma Aparecida de Pinho (Orientadora)

Instituição: PPGEDUC/UFPA

Prof. Dr. José Valdinei Albuquerque de Miranda

(Examinador Interno) - Instituição: PPGEDUC/UFPA

Prof. Dra. Suely Mascarenhas

(Examinador Externo à Instituição) - Instituição: UFAM

À Alzira pela dedicação e empenho em educar os filhos.

À Sofia e Artur para que entendam a ação transformadora da educação.

À Elivalda Teles pelo companheirismo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Este espaço não poderia ser preenchido sem que se fizessem presentes algumas palavras com significado singular para a minha trajetória de vida, bem como alguns nomes, fundamentais para que fosse possível chegar até este momento gratificante que as conquistas trazem.

Começo destacando a palavra *transformação* que reflete a ação transformadora da educação na vida daqueles que se dedicam ao árduo processo da aprendizagem. A educação tem o poder de provocar incríveis mudanças na trajetória de vida das pessoas e na realidade social que estamos inseridos, sou prova viva dessa afirmativa, contrariando as estatísticas, sou um negro, marajoara, ribeirinho, filho de uma gari e de um lavrador, vendedor de lanche que consegue chegar até a maior e melhor universidade pública da Amazônia e cursar um Mestrado em Educação e Cultura.

Outra palavra que destaco é gratidão, esta tem significado ainda mais especial, pois vem atrelada àqueles que estiveram ao meu lado ao longo do processo, aqueles que direta ou indiretamente influenciaram para que a caminhada fosse mais prazerosa e o aprendizado fosse mais completo.

Talvez alguns nomes possam não aparecer aqui, não por falta de colaboração, pois no coração, os que me ajudaram sabem que sou eternamente grato ao apoio recebido nos momentos fundamentais de minha trajetória.

Primeiramente, o sentimento de gratidão não poderia ser para outra pessoa, se não para Alzira Alves Silva, minha mãe, que infelizmente, por ação do destino, não está mais entre nós. No entanto, me deixa grandes lembranças que a borracha do tempo jamais será capaz de apagar. Lembro-me de um certo dia em que fui buscar ela de bicicleta, por volta de uma hora da tarde, ela exausta após o trabalho de varrer ruas, queixava de seu cansaço ao mesmo tempo afirmava que fazia isso para que nós pudssemos estudar. Deixo aqui registrado que seu esforço deu resultado, talvez eu não seja o mais dedicado dos alunos, como eu talvez não fosse o melhor dos filhos, mas a gratidão a essa grande mulher é eterna, por todas as oportunidades que se criaram em resposta ao seu esforço.

Sou grato aos meus irmãos que em meio às intempéries da vida não deixaram de lutar por suas trajetórias e hoje gozam de suas conquistas.

Meus agradecimentos também ao meu pai, que com seu esforço nos tirou do interior e proporcionou uma casa na cidade para que tivéssemos acesso à educação e assim fosse possível continuar os estudos.

De maneira muito especial, agradeço à minha família, Elivalda, (esposa) Sofia e Artur (filhos) que souberam compreender o sacrifício de muitos finais de semana, muitas noites até tarde acordado, muitas madrugadas “fazendo visagem” pela casa, como diz a Elivalda, para que fosse possível cumprir alguns prazos e encaminhar os resultados.

Sou grato à família da minha esposa pelo apoio às viagens até o local onde foi aplicada a pesquisa, emprestando rabeta, esperando barco, ajudando no transporte e muitas outras coisas.

Mudando do aspecto pessoal para o acadêmico, sou imensamente grato àqueles que me incentivaram, João Marcelino, Suelem Balieiro, Professor Ronaldo Rodrigues, os Professores do PPGEDUC, os colegas de turma que não largaram a mão de ninguém e sempre ficaram no incentivo para que todos chegassem até este momento.

Não posso deixar de agradecer à Comunidade Quilombola São José da Povoação, com carinho especial àqueles que me acolheram e contribuíram com o meu trabalho de pesquisa, pois entendem a importância da pesquisa acadêmica e sua contribuição para construção de uma educação de qualidade.

Agradeço em especial ao Senhor Manoel Baia e família, que me acolheram em sua casa, me deram a oportunidade de partilhar algumas refeições, muitas histórias e incontáveis memórias. Sou imensamente grato pelo acolhimento e pelo carinho.

Por fim, e de maneira tão especial que não encontro palavras para descrever, quero agradecer a pessoa que me escolheu como uma espécie de filho para orientar ao longo dessa caminhada, sou muito grato à minha orientadora, Professora Doutora Vilma Aparecida de Pinho. Gratidão por todo o apoio ao longo do processo, pela compreensão, pela arte da escuta, pela espera, pelos puxões de orelha, e aqui já

deixo minhas mais sinceras desculpas pelos momentos que não fui capaz de chegar ao nível desejado ou que deixei de me dedicar o suficiente para dar o retorno merecido.

E aqueles que chegaram a expressar com espanto “o Lucas passou no mestrado?!” deixo aqui meu sentimento de que em algum momento alcancem seus sonhos e possam desfrutar deles sem desacreditar que todos são capazes.

O processo educacional é um caminho que não conseguimos trilhar sozinhos, portanto, deixo aqui meus sentimentos de gratidão ao apoio que tenho recebido, seja no aspecto acadêmico ou no aspecto pessoal, a mão amiga é fundamental para a permanência na caminhada.

RESUMO

A pesquisa ocorreu na Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Povoação, no Rio Mutuacá, interior do Município de Curralinho, Estado do Pará. Tendo-se como questionamento central as experiências que os estudantes quilombolas apresentam sobre suas identidades étnico-raciais apreendidas na escola da comunidade. Objetivando compreender a percepção dos estudantes quilombolas sobre suas identidades étnico-raciais apreendidas a partir da educação formal. A pesquisa teve como objetivo geral analisar as experiências dos estudantes quilombolas sobre suas identidades étnico-raciais tendo em vista a educação escolar na comunidade. Como objetivos específicos buscou-se perceber as experiências dos estudantes negros quilombola no contexto escolar; compreender como a educação formal influencia no processo de entendimento e combate ao racismo; identificar qual o entendimento dos estudantes quilombolas que passam pela escola em relação à construção de sua identidade étnico-racial; e questionar o papel da escola instalada na comunidade, destacando se esta é para a comunidade ou apenas objeto representativo do poder do Estado. Usou-se a metodologia de pesquisa qualitativa e como instrumento de coleta de dados a entrevista aberta gravada. Sendo sujeitos da pesquisa moradores da comunidade que experienciaram ou ainda vivenciam diferentes níveis de educação formativa na escola da comunidade. A relevância acadêmica se justifica a partir da necessidade da análise e compreensão do processo de formação identitária das comunidades quilombolas a partir do processo formativo com a atuação da educação formal. A justificativa social se contempla ao considerar a visibilidade da comunidade e os caminhos que poderão ser percorridos a partir dos resultados do presente estudo. Os resultados apresentam grande relevância no sentido de compreender o papel formativo da educação como instrumento para a transformação social, para a compreensão do fenômeno do racismo e para a formação da identidade étnico-racial dos alunos que tem a oportunidade de experienciar a educação os processos educacionais a partir da realidade de uma comunidade quilombola em uma sociedade altamente racista e preconceituosa.

Palavras-chaves: Jovens Negros; Estudantes/Educação; Quilombo; Identidades.

ABSTRACT

The research has occurred in the Quilombo's Remnant Community São José da Povoação, in Mutuacá river, in Curralinho's countryside, Pará State. The central question was about the experiences that quilombola students have about their ethnic-racial identities learnt in the community's school. The aim is to understand the quilombola students' perception of their ethnic/racial identities learnt through formal education. The research had as a general objective to analyse the quilombola students' experiences about their ethnic-racial identities in a view of the school education in the community. As specific objectives, sought to understand the experiences of black quilombola students in the school context; to understand how formal education influences the process of understanding and combating racism; to identify what is the understanding of quilombola students who go through school in relation to the construction of their ethno-racial identity; and to question the role of the school installed in the community, highlighting whether it is for the community or just a representative object of State power. Used the qualitative research methodology and as an instrument of data collection the open recorded interview. The research subjects were community residents who have experienced or still experience different levels of formative education in the community school. The academic relevance is justified by the need to analyze and understand the process of identity formation of quilombola communities from the formative process with the performance of formal education. The social justification is contemplated when considering the visibility of the community and the paths which may be taken from the results of this study. The results present great relevance in the sense of understanding the formative role of education as an instrument for social transformation, for the understanding of the phenomenon of racism and for the formation of ethnic-racial identity of students who have the opportunity to experience the educational processes from the reality of a quilombola community in a highly racist and prejudiced Society.

Keywords: Black Youth; Students/Education; Quilombo; Identities.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	COMUNIDADES NEGRAS AFRO-DIASPÓRICAS NO BRASIL.....	19
1.1	Populações negras no Brasil.....	19
1.3	Educação Escolar Quilombola.....	20
2	COMUNIDADE: POVO, CULTURA E EDUCAÇÃO.....	28
2.1	A Comunidade: Resistência viva.....	28
2.2	Identificação e identidade: a experiência da chegada.....	34
2.3	A Educação na Comunidade: Um caminho em construção.....	52
2.3.1	O Projeto Político Pedagógico.....	53
3	EXPERIENCIAS VIVIDAS PELOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS (NEGROS) NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	57
3.1	O discurso da Identidade.....	58
3.2	A dor do racismo.....	61
3.3	Negra é minha raça Preta é minha cor.....	73
3.4	Pedro – Um jovem e um sonho.....	85
3.5	João – Tem vezes que dá vontade de parar, mas eu continuo estudando.....	87
3.6	Felipe – Um jovem filósofo.....	88
3.7	Jamile – a jovem bailarina.....	89
3.8	Clarice – a jovem enfermeira.....	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
	REFERÊNCIAS	
	ANEXOS	
	APENDICES	

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica se constrói a partir de questionamentos da realidade experienciada. Portanto o nosso ponto de partida se constrói com os seguintes questionamentos: quais as experiências que os estudantes quilombolas apresentam sobre suas identidades étnico-raciais apreendidas na escola da comunidade? Quais as experiências do negro e da negra quilombola no contexto escolar? Como a educação formal influencia no entendimento do processo histórico do quilombo e combate ao racismo? A escola instalada na comunidade é para a comunidade ou apenas um objeto de representação do poder do Estado?

A pesquisa delimita-se geograficamente à Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Povoação no Rio Mutuacá, na zona rural do Município de Curralinho-PA, tendo como sujeitos da pesquisa moradores que cursaram ou que ainda estão cursando diferentes níveis de ensino na escola da comunidade.

Desta forma, apresenta-se como aspecto geral da pesquisa o seguinte questionamento: Quais as experiências que os estudantes quilombolas apresentam sobre suas identidades étnico-raciais apreendidas na escola da comunidade?

A atual conjuntura política e social que ganhou voz no Brasil nos últimos anos, aponta para um discurso que torna insignificante o impacto do processo de comercialização de seres humanos negros como mão de obra escravizada, além de tentar negar a diversidade cultural a partir da qual o Brasil é formado. Considerando irrelevante toda a contribuição da população negra para a construção do país, reflexo de todo um processo histórico de negação do espaço do negro no cenário nacional. Desta forma, faz-se necessário desconstruir histórias e estabelecer novos paradigmas, fortalecer movimentos e identidades de grupos historicamente desfavorecidos.

Ressignificar memórias, recontar histórias, reconhecer traços indenitários do povo negro, são estratégias que podem contribuir para fortalecer as comunidades que ainda resistem às injustiças impostas ao longo da história e que insistem em se perpetuar, que ainda resistem ao processo de globalização da cultura, às realidades de opressão e negação das diferentes culturas e identidades historicamente vivenciada no seio dessas comunidades.

Nesta perspectiva, a educação formal tem papel fundamental na desconstrução do pensamento colonizado e na construção de novas identidades pautadas no conhecimento histórico do papel social do negro, a partir das lutas de resistência nas comunidades quilombolas.

A motivação pessoal para o desenvolvimento desta pesquisa justifica-se a partir da própria história de vida do pesquisador, tendo como experiências vividas o sentir na pele a realidade do preconceito, do racismo e da exclusão. Experiências que puderam ser levemente compreendidas após alguns anos de leituras que ultrapassam o preconceito racial presente no livro didático, principalmente aqueles do final da década de 90 e dos anos 2000. Levando. Assim, a buscar a experiência de uma comunidade quilombola como objeto de pesquisa científica por haver uma relação de identidade com diferentes aspectos dessa realidade, inclusive no combate ao racismo.

Faz-se necessário combater estereótipos e rotulações que se limitam a característica físicas sem considerar toda a complexidade do ser humano, sem considerar a contribuição histórica, social, econômica e cultural do povo negro na construção do país, ou qualquer outro que tenha como motivação principal colocar o negro em condição de subalternidade.

Considerando a motivação social compreende-se de relevância significativa perceber as experiências educacionais dos moradores da comunidade Quilombola São José da Povoação de forma a perceber as experiências que os estudantes quilombolas apresentam sobre suas identidades étnico-raciais apreendidas na escola da comunidade.

A motivação científica do presente estudo justifica-se a partir da compreensão da necessidade de dar visibilidade a estudos científicos conceituados que possam refletir a identidade da população negra quilombola no contexto da Amazônia Marajoara, considerando a particularidade de uma comunidade formada às margens dos rios, com relações complexas, internas e externas, que tem a dinâmica de sua vivência ditada pelo movimento das águas e pela relação com a natureza.

É relevante considerar a possibilidade de a comunidade se apoderar dos resultados para pensar novas realidades para a construção de uma educação escolar quilombola pautada na identidade histórica do povo negro, contribuindo para o crescimento individual, como grupo e para a visibilidade acadêmica da comunidade,

além da possibilidade de estabelecer novos horizontes para se pensar a educação formal.

O conhecimento científico pode ser grande aliado para dar visibilidade à grande contribuição da população negra no processo de construção socioeconômica do Brasil, de forma a apresentar a grande diversidade cultural brasileira, a contribuição para a economia e para o desenvolvimento do país em diferentes perspectivas, independentemente deste povo se encontrar dentro ou fora das comunidades tradicionais.

Buscando Miranda (2018) entendemos que os quilombos no Brasil constituem um fenômeno histórico e político que atravessa a construção da nação brasileira e diz respeito à diáspora africana, ao racismo no Brasil, aos processos de resistência negra, sendo não somente um espaço de fuga e esconderijo de negros, mas sim um símbolo de resistência, espaço de organização social, comércio e movimentos culturais (PINTO, 2001).

É importante destacar que as Comunidades remanescente de Quilombo não são apenas espaços históricos, parados no tempo, mas espaços ocupados historicamente por pessoas que ousaram resistir, e atualmente é lugar de homens e mulheres de diferentes idades que se relacionam com o espaço e com o tempo, que são resistência em espaços de representatividade apesar das condições políticas não serem favoráveis e apresentarem discursos que apontam para a opressão e o silenciamento da população negra, como já se repetiu em diferentes momentos da história, indo na direção oposta dos direitos conquistados e das leis vigentes.

Assim, nas atividades do dia a dia, na relação com ambiente e com o mundo é importante perceber não somente a simbologia presente no quilombo, mas a historicidade e a resistência presente em um processo constante de ressignificação da cultura, não podendo ser permitido que seus elementos sejam simplesmente descartados ou substituídos pelo processo de globalização.

Neste contexto, destaca-se a grande relevância do papel da escola como instituição formal que pode exercer o papel de formação social. No entanto, quando esta instituição social é influenciada por diversos fatores pode deixar de exercer o papel de formadora e se tornar instrumento de opressão e reprodução de comportamentos racistas dentro da sociedade.

Partindo deste pressuposto, a sociedade é colocada em questão, pois como foi forjada no racismo e na desigualdade racial, se elaboram questionamentos a respeito da função social da escola dentro das comunidades tradicionais, principalmente nas comunidades quilombolas. Apesar do planejamento, dos esforços, as vezes sem grandes resultados, das tentativas que acabam resultando em falhas, algumas escolas que se estabelecem dentro das comunidades quilombolas acabam sendo instrumentos de reprodução de processos racistas, mesmo que de maneira inconsciente, pela carência de formação ou pelo contexto ideológico de quem as dirige.

E assim, o estudante negro quilombola que passa pela escola tem sua opinião a respeito deste processo. No entanto, nossas instituições educacionais ainda são brancas, reproduzindo conteúdo que o próprio conhecimento científico já aponta como discurso eurocêntrico que não reproduz a realidade dos fatos históricos.

O negro está em constante movimento para se manter vivo, ativo, atuante, para sorrir, para dançar, para jogar, para se relacionar, para sobreviver às intempéries que a vida lhe impõe, para tentar superar os problemas sociais que sempre estiveram presentes nas relações do negro consigo mesmo, com sua comunidade e com o mundo. Está em movimento no tempo e no espaço para viver sua memória, ressignificar sua história e lutar para a construção de um futuro que no texto da lei já se faz presente, mas na vida do negro ainda é uma utopia.

As comunidades remanescentes de quilombo são frequentemente objeto de estudo de pesquisadores, em diferentes níveis e áreas do conhecimento, levando a questionar a autenticidade e originalidade da presente pesquisa. No entanto, cada comunidade é um universo particular de manifestações e relações sociais que precisam ser observadas, estudadas e compreendidas a partir da ótica do estudo científico.

Quando se trata da Comunidade São José da Povoação, alguns aspectos específicos atribuem certa particularidade ao local, o fato de ser localizada às margens do rio, na região do Marajó das florestas¹ e com uma historicidade particular, características que já diferenciam a organização social, estrutural, econômica e

¹ Expressão usada pelo historiador e professor Dr. Agenor Sarraf Pacheco (2000) para diferenciar a região do Marajó predominante composta por campos e a região composta por florestas. Características que influenciam diretamente na economia, na cultura, nos costumes alimentares e na dinâmica da vida da população.

cultural. O fato de a comunidade se localizar as margens de um rio, corrobora para uma dinâmica diferente de movimentação de recursos, de produção e de organização social, bem como determina o ritmo e a dinâmica de movimento dentro da comunidade.

Pensar uma comunidade quilombola na região de rios, furos e igarapés em meio a floresta marajoara é pensar em uma realidade totalmente diferenciada entre outras comunidades que tem sido objeto de estudo, com o movimento do povo determinado pelo movimento da maré.

Considerando que a educação formal deve ser entendida não apenas como conteúdo programático repassado de modo sistemático em sala de aula, mas como instrumento de construção do conhecimento e promoção da igualdade, essa perspectiva de compreensão pode ser grande aliada para compreender a relação dos estudantes que passam pela escola e tem seu ritmo de vida ditado pela natureza.

A história sobre a presença do negro na Amazônia e sua contribuição para os mais diversos setores nessa região tem sido deixado à margem da pesquisa científica, assim como o negro tem sido deixado à margem da sociedade na historiografia contada pelos brancos, deixando de enfatizar sua importante contribuição nos mais diversos setores da sociedade. Compreender e apontar o papel da educação formal nesse contexto, a partir do discurso do próprio quilombola, é fundamental para pensar a realidade do processo histórico e do combate ao racismo.

A cultura do povo negro está presente no Brasil desde a chegada dos portugueses, que trouxeram consigo seres humanos escravizados, explorando sua força de trabalho em todo o território nacional. O Marajó, integrado ao processo de colonização e ocupação do território através da exploração da força de trabalho do negro também é parte dessa historicidade.

Alguns dados históricos mostram a forte presença do negro no Marajó. Em 1823 a população total em nove regiões do Marajó era de 17170 habitantes, sendo que desse total, 18% eram negros escravos, 43% da população era de livres não identificados, percentual formado por índios, mestiços e negros livres, e apenas 8% da população foi identificado como “brancos” (PACHECO, 2010).

A resistência do povo negro ajudou a manter viva a memória, cultura e identidade da população negra escravizada. Assim, a pesquisa apresenta grande relevância social à população negra na região, identificando realidades e

características da influência da escola na compreensão desse processo histórico, além e disponibilizar aos moradores da comunidade um estudo para diferentes aspectos e propostas de planejamento. Com o planejamento adequado e as estratégias assertivas pode ser possível construir uma educação voltada, de fato e de direito, para os interesses da comunidade quilombola.

A busca por informações que possam apontar para a influência da escola na vida do estudante quilombola através oralidade é de grande relevância não somente para o aspecto de registro histórico e acadêmico, mas também para a comunidade, uma vez que é corriqueiro pessoas buscarem informações e não apresentarem o devido retorno. Neste caso, além da motivação pessoal, haverá compromisso em apresentar e disponibilizar os resultados, dar continuidade na pesquisa de modo a desenvolver projetos junto à comunidade, a partir da realidade observada ao longo da pesquisa.

Em aspectos acadêmicos os resultados desta produção de pesquisa científica são relevantes, pois irá corroborar para a ampliação do arcabouço de material específico de pesquisas em comunidades quilombolas e a disponibilidade de conhecimento para pesquisas futuras, além da possibilidade desta pesquisa ser apenas um acesso para novos questionamentos em diferentes aspectos.

As comunidades remanescentes de quilombo são a expressão da resistência do povo negro ao processo de escravização e exploração através das fugas e organização social. “Cada vez mais as ações e opções dos africanos escravizados no Brasil foram percebidas como essenciais para a compreensão histórica da sociedade que os escravizava” (MATOS, 2005, p. 105/106) e para a compreensão da própria história e cultura do povo negro.

A cultura, a religiosidade, os símbolos influenciam diretamente no comportamento do corpo e na vida do indivíduo fazendo com que este siga um ritmo dentro da comunidade. Desta forma, a escola, através da educação formal é de relevância significativa nas relações sociais, no comportamento das pessoas e na relação comunitária, de forma a contribuir para a compreensão de seu papel histórico no contexto social.

Geertz (2008) afirma que a cultura é pública, porque o seu significado pode ser entendido da mesma forma. No entanto, pode ser compreendida a partir de estruturas

específicas, singularidades e individualidades de cada comunidade (FURTADO, SUCUPIRA e ALVES, 2014). Apesar de muitas comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo já terem sido objeto de estudo, cada espaço é uma singularidade, é um universo particular de expressões. Através da pesquisa científica é possível compreender a cultura de um povo, expondo a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (GEERTZ, 2008).

Tem-se como *lócus* da pesquisa a comunidade São José da Povoação no interior do Município de Curralinho, Estado do Pará. A comunidade é composta por moradores com suas casas dispostas à margem do rio separadas pelo espaço do salão comunitário, escola, igreja e posto de saúde. O critério para a escolha dos sujeitos da pesquisa ocorreu de acordo com a disponibilidade de jovens que passaram pela escola da Comunidade, independente de terem parado os estudos ou de ter continuado em outros espaços fora do espaço comunitário.

Desta forma, apresenta-se como aspecto geral da pesquisa o seguinte questionamento: Como a escola formal, com seus processos, influencia na compreensão dos quilombolas sobre o racismo da sociedade brasileira? Ou seja, como a escola instrumentaliza os estudantes por meio de conhecimentos que forma para combater o racismo, se defender, se reconhecer, se posicionar como cidadã quilombola, negra? Qual a compreensão do negro e da negra quilombola, que passam pela escola formal da comunidade sobre os processos de identificações étnico-raciais?

Os aspectos metodológicos são fundamentais no direcionamento da pesquisa e escolha dos instrumentos de coleta de dados, bem como elementos que subsidiam na análise dos discursos dos colaboradores da pesquisa.

Portanto, compreender o percurso que a pesquisa deve tomar e a escolha adequada dos instrumentos para coleta de dados e análise dos resultados é imprescindível para a produção de uma pesquisa com qualidade acadêmica. Um instrumento de coleta de dados a ser utilizado será a entrevista direta presencial (KAUARK, 2010) que se configura como instrumento de coleta de dados através da oralidade e proporciona mais tranquilidade ao narrador, deixando-o à vontade para expressar suas histórias e experiências a respeito da realidade pesquisada. A entrevista foi aberta por permitir ao interlocutor a disponibilidade e espontaneidade em

expressar sua opinião, experiência e conhecimento do assunto a ser pesquisado. Foi feita gravação em mídia digital (gravador de voz), com prévia autorização do interlocutor e posterior transcrição para análise e interpretação das informações.

Na perspectiva de alcançar os objetivos e responder os questionamentos propostos, estruturou a presente dissertação em três capítulos, sendo o primeiro capítulo composto pelos referenciais teóricos e compreensão histórica do objeto de estudo, abordando uma discussão a respeito das populações negras do Brasil, formação e conceitos de quilombo e uma abordagem que discute as referências legais para a Educação escolar quilombola; destacando o último tópico que busca fazer uma breve discussão a respeito do racismo na sociedade brasileira, abordando conceitos, e fundamentos que subsidiaram seu desenvolvimento.

No segundo destaca-se a comunidade, a experiência da chegada, a relação de identidade entre pesquisador e pesquisado, os moradores, a cultura e educação formal na comunidade.

E por fim, o terceiro capítulo destaca as experiências vividas pelos estudantes quilombolas (negros) a partir de sua relação com a educação formal dentro da comunidade, para aqueles que não tiveram a oportunidade de experienciar uma realidade formativa que fosse além da escola local; e dentro e fora da comunidade para aqueles que vivenciaram a educação formal para além da realidade da escola local, estabelecendo um comparativo entre os discursos, os sujeitos e suas distintas realidades, sendo sujeitos de um mesmo espaço social.

CAPÍTULO I – COMUNIDADES NEGRAS AFRO-DIASPÓRICAS NO BRASIL

1.1 Populações negras no Brasil

Compreender a condição da população negra no Brasil requer um longo processo de estudo e percepção da realidade histórica e da condição social de chegada do negro em nosso território. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012-2019) 56,2% da população brasileira se declara preta ou parda.

No entanto, ainda presenciamos um grande contraste social acentuado pelas desigualdades e pela falta de políticas que possam oportunizar à população negra as oportunidades necessárias para alcançar melhores condições de vida e combater os processos de racismo e preconceito desenvolvidos ao longo do processo histórico de escravização.

Sabe-se que a falsa abolição da escravatura não foi um processo que favoreceu os negros escravizados por mais de três séculos no Brasil. Pois a abolição não trouxe as transformações econômicas e sociais esperada pelos negros escravizados e pelos abolicionistas (SKIDMORE, 1976) em função de uma série de fatores.

Os negros escravizados no Brasil, vindos de diferentes cantos da África, explorados em uma inegável relação de dominação e subordinação, deram origem às comunidades negras do Brasil, trazendo consigo costumes, tradições e identidades diferentes. Santos (2008) destaca que o Brasil é um país extraordinariamente africanizado e isso só não é percebido por quem realmente não conhece a África.

É importante destacar que este processo foi extremamente violento “O tráfico internacional criou um mercado de pessoas que desestruturou reinos e nações, arrasou regiões, incrementou guerras e revoluções no continente africano” (SANTOS, 2008, p. 182).

Todo esse processo violento de comercialização de seres humanos interrompeu o desenvolvimento do continente africano, os sujeitos habilitados a desenvolver os mais diferentes tipos de serviços foram sequestrados e obrigados a trabalhar em terras distantes. Os homens e mulheres mais jovens e saudáveis tiveram

todo o seu processo de desenvolvimento brutalmente interrompido para ser mão de obra escravizada. (SANTOS, 2008)

1.2 Educação Escolar Quilombola

É notório que a educação formal tem influência na vida e na formação da opinião de qualquer sujeito, independentemente de este haver passado pelos diferentes níveis de ensino ou não, não importa se este fez os mais elevados níveis de estudo ou se apenas foi alfabetizado, a educação formal influencia na sua vida. Faz-se necessário destacar a influência (de)formadora do processo de ensino na vida dos sujeitos.

Salienta-se que a educação formal é diferenciada e excludente, dependendo do local onde se encontra a instituição e onde a educação é aplicada, processos de exclusão são frequentes, apesar da legislação ser a mesma para todos, independentemente de qualquer condição, mas sabe-se que a universalização de seus efeitos ainda é utopia na vida do negro.

Assim, histórias de vida são paralelos que se interligam pela educação e seus diferentes processos. Ainda que este pesquisador não seja quilombola, perceber a educação como processo excludente é fundamental para se compreender a educação escolar quilombola, onde as experiências são mecanismos relevantes nesse processo.

A educação formal, como política pública, precisa pensar e refletir a realidade social do aluno. O processo educacional precisa ser transformador, construindo novas realidades, minimizando as diferenças sociais sem esquecer das diferenças culturais, rompendo paradigmas e criando referências.

Tendo e vista que, apesar das lutas constantes, o racismo ainda é insistentemente presente na sociedade, a Declaração de Durban (África do Sul, 2001) lembra com preocupação que os objetivos para o combate ao racismo ao longo de três décadas não foram alcançados e muitas pessoas ainda são vítimas de racismo diariamente.

Apresenta-se a necessidade de uma educação que possa superar as barreiras do preconceito racial e promover uma sociedade com entendimento e aceitação das

diferenças, uma educação pautada na realidade social de luta e de igualdade, na historicidade do povo negro, onde a dor do racismo possa ser superada pelo prazer do conhecimento.

Para a construção de um processo educacional que possa conduzir para o caminho descrito acima, faz-se necessário perceber

que apesar dos esforços realizados pela comunidade internacional, Governos e autoridades locais, o flagelo do racismo, [...] persiste e continua sendo causa de violações dos direitos humanos, sofrimentos, desvantagens e violência, que devem ser combatidos por todos os meios disponíveis e apropriados como questão de prioridade máxima, preferencialmente em cooperação com comunidades atingidas (DECLARAÇÃO DE DURBAN, ÁFRICA DO SUL, 2001, p. 07)

Assim, ainda que pelo princípio constitucional e pelo princípio da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, todos nasçam em igualdades de condições e de direitos, na prática, principalmente nas comunidades tradicionais, essa realidade não se aplica em sua plenitude. Considerando a realidade da falsa abolição e o processo histórico do negro no Brasil, entende-se o contraste provocado pela desigualdade social.

Neste contexto, o papel da educação formal é questionado, pois, como instituição representativa do poder do Estado, sua função social é colocada em xeque quando deixa de apresentar um processo de formação educacional para a emancipação do sujeito, para reproduzir esquemas de (de)formação historicamente prejudiciais para determinados grupos sociais, como por exemplo, as comunidades quilombolas.

Faz necessário refletir a importância da educação formal e o papel da escola na construção do pensamento do estudante quilombola no que diz respeito à identidade cultural e condição histórica do negro no Brasil. Alguns avanços são possíveis de se identificar. No entanto, ainda se apresentam muitos questionamentos sobre a efetivação de uma educação de fato voltada para as relações étnico-raciais.

A educação escolar quilombola precisa ser pensada de forma diferenciada, pois como destaca Regina Pahin Pinto (1987) baseada nos escritos de Hasenbalg, a maioria da população negra está exposta aos mesmos mecanismos de dominação social que outros grupos. Porém, o negro já carrega consigo uma desqualificação

histórica em função do processo de escravização de seres humanos e da cor de sua pele.

Essa questão fica ainda mais acentuada quando se coloca em pauta a questão da falsa abolição da escravatura e a consequente processo de marginalização do negro quando foi largado sem qualquer reparação histórica por ter sido arrancado de suas origens e obrigado a construir a riqueza dos brancos ao longo de trezentos anos de exploração.

“dados diversos e estudos sistemáticos mostram que esta preocupação com a educação – seja como fator de ascensão social, seja como mecanismo de combate à discriminação – está presente na população em geral, na família ou em setores organizados e mobilizados da comunidade negra brasileira. (PINTO, 1987, p. 7).

Ou seja, enquanto para alguns a educação se resume a apenas processo formativo para as questões profissionais, para a população negra é a alternativa possível para a construção de uma história de sucesso, pois sem ela, continuamos sendo explorados em intermináveis processos de escravização moderna.

A compreensão da educação como um instrumento de ascensão social do negro e de libertação do pensamento resultante de sua condição histórica é fundamental para que se possa desenvolver mecanismos para promover uma educação de qualidade em nossas comunidades tradicionais.

Considerando as condições históricas do negro na sociedade, as condições para a valorização da educação dentro das famílias negras eram precárias além de alguns pais ignorarem a existência e a utilidade da escola “a frequência à escola pressupunha pré-condições, como a existência de recursos, de uma vida organizada, pré-condições estas que eram raras dadas a situação enfrentada pela família negra na época” (PINTO, 1987, p. 07).

Além disso, ainda de acordo com Pinto (1987) faz-se necessário considerar que os trabalhos desenvolvidos pelos negros após a falsa abolição pressupunham aprendizado através de habilidades desenvolvidas com a própria prática, condição que não contribuiu para o desenvolvimento de uma sensibilidade em relação à necessidade do processo formativo educacional através da educação formal.

É imprescindível destacar a questão as barreiras sociais que os negros enfrentavam e ainda enfrentam para ter acesso a determinados níveis educacionais,

principalmente o racismo e suas diferentes formas de manifestação dentro dos espaços institucionais. Assim como os negros no passado encontravam inúmeras barreiras para acessar o sistema formal de ensino, essa realidade se estende até os dias atuais.

Pinto (1987) ainda apresenta abordagem significativa em relação aos fatores que interferem na escolarização do negro, destacando que

“certamente a reflexão sobre a situação educacional do negro perpassa pela discussão sobre a sua situação econômica. Os estudos a respeito indicam que os ganhos, em termos de mobilidade social, foram mínimos, desde o período que se inicia com a abolição até a época mais recente” (PINTO, 1987, p. 14).

Desta forma, considerando a condição social do estudante quilombola, não se pode dissociar a educação formal da condição socioeconômica do sujeito, são elementos que estão diretamente interligados, sendo a econômica uma das grandes barreiras sociais para a ascensão educacional do negro.

Apesar de ainda haver muito conteúdo a ser construído, muitos direitos a serem conquistados, os avanços nas discussões e nos dispositivos legais já nos possibilitam uma realidade onde podemos pensar a educação escolar quilombola que possa atender a realidade das comunidades, não somente de acordo com o entendimento legal, mas principalmente, de acordo com a necessidade e a realidade de cada comunidade.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade. Afirma ainda que deve seguir alguns princípios, entre eles destacamos o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Neste caso não se faz necessário uma pesquisa aprofundada para perceber que esse princípio não se concretiza na nossa realidade escolar.

Destaca-se também os princípios previstos nos incisos II e III do artigo 205 que tratam da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; além de garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Deixando, portanto, a liberdade para que a escola possa planejar o ensino e a pesquisa pautado no pluralismo de ideias.

Deixando a possibilidade de construir uma educação plural, que posa agregar, construir unidade, garantir particularidades, desconstruir estereótipos e criar possibilidades para o conhecimento e para as relações com a educação formal.

Percebe-se que o espaço é amplo para diferentes abordagens, porém fica carente a especificação da educação nas comunidades remanescentes de quilombo. Em uma sociedade racista, pensada por brancos para brancos, sem considerar minimamente a realidade da população negra, sem considerar as questões históricas de exploração, pode-se esperar que as leis também sejam racistas, excludentes e que refletem o pensamento das lideranças.

No ano de 2003, com a aprovação da Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino, pública e particular, a obrigatoriedade da abordagem da temática que diz respeito a História e Cultura Afro-Brasileira, tivemos um grande avanço nessa discussão. No entanto, ainda há muito o que ser discutido para que se possa efetivar essas discussões nas escolas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica apresentam no tocante às diretrizes relacionadas à Educação Escolar Quilombola, reserva apenas um parágrafo, afirmando que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira (p. 46).

Assim, as unidades escolares instaladas nas comunidades quilombolas podem trabalhar uma educação diferenciada, reconhecendo a especificidade étnico-cultural de cada comunidade. No entanto, percebe-se a carência dos investimentos necessários para a garantia dessa autonomia nas escolas garantindo a promoção de uma educação escolar que possa valorizar a realidade das comunidades quilombolas.

A carência de uma formação adequada para os profissionais da educação, tanto no aspecto da graduação quanto da formação continuada, carência de especialistas para ampliar as discussões e para a produção de conteúdo específico, são entraves que dificultam a implementação de uma educação escolar quilombola

de qualidade, que possa atender os objetivos previstos no artigo 6º da Resolução nº. 8 de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação.

Onde aponta criteriosamente os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, buscando orientar processos, assegurar direitos, fortalecer a relação entre as esferas e poderes da gestão pública, além de zelar pela garantia à educação escolar quilombola, respeitando todas as características que envolvem a realidade das comunidades e subsidiar a abordagem da temática em todas as etapas do processo de ensino, independentemente de ser da rede pública ou particular.

O artigo 7ª da mesma resolução apresenta os princípios que regem a Educação Escolar Quilombola, elencando diversos tópicos que direcionam as práticas e ações político-pedagógicas e apontam um caminho esperançoso na construção de uma educação que possa ser instrumento de compreensão da historicidade das comunidades quilombolas e consequentemente contribuir para o combate ao racismo nas suas mais diferentes formas de manifestação.

Ainda tratando da mesma resolução, no artigo 8 temos a definição das ações propostas para a garantia das condições apresentadas anteriormente, que perpassam pela construção, ampliação e garantia de acessibilidade nas escolas, passando pela presença de professores e gestores quilombolas, formação inicial e continuada voltada para aqueles que desejam atuar na Educação Escolar Quilombola, protagonismo dos estudantes, currículo aberto, flexível e interdisciplinar, Projeto Político-pedagógico que respeite todas as especificidades das comunidades quilombolas.

Perpassando por elementos que garantem alimentação diferenciada, material didático específico, chegando até a articulação da Educação Escolar Quilombola com outras políticas públicas que estejam relacionadas com a temática das comunidades tradicionais.

Percebe-se que as especificações das resoluções são motivadoras e esperançosas para que se possa construir uma educação escolar quilombola de qualidade. No entanto, a prática pode apresentar uma realidade decepcionante, quando se percebe que as escolas que atendem alunos quilombolas apresentam

dificuldades, encontram resistência para implementar essas abordagens e garantir direitos adquiridos.

Em 17 de junho de 2004 entra em vigor a Resolução nº. 01 do Conselho Nacional de Educação, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (CNE, 2004, p. 01), um documento de relevância significativa para a implementação de uma educação escolar quilombola.

Esta resolução destaca, em seu artigo 2º, que a Educação para as relações étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas se constitui de “orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil” (CNE, 2004, p. 01) na perspectiva de buscar construir relações étnico-sociais positivas e sua implementação deve caminhar para à construção de uma nação democrática.

Um discurso esperançoso e bastante utópico quando se pensa na realidade da dor do racismo que se manifesta de diversas formas na sociedade, sendo experimentado por diferentes sujeitos, cujas características se resumem à estereótipos relacionados ao processo de escravização. Desta forma, questiona-se as mudanças na estrutura do sistema racista para se promover esta educação capaz de desenvolver alunos cidadãos atuantes e consciente em uma sociedade multicultural, que historicamente se apresenta com o comportamento racista, mas que se faz possível a desconstrução de paradigmas arcaicos e preconceituosos.

Ainda que o discurso na legislação seja motivador e altruísta, como destaca o inciso 1º do artigo 2º da resolução 01 de junho de 2004 (CNE, 2004) que apresenta os objetivos da Educação das relações étnico-raciais, ainda estamos distantes de construir uma educação que conduza verdadeiramente para desenvolver nos alunos e professores a realidade do preconceito contra o negro no Brasil, refletindo na sociedade, a capacidade de compreender a pluralidade étnico-racial brasileira, buscar objetivos comuns, respeitar os direitos, valorizando a identidade de cada um e caminhando para que se possa consolidar uma sociedade verdadeiramente democrática.

Neste sentido, faz-se necessário a implementação de diversas políticas, entre elas, a ação prevista no inciso 2º do artigo 3º da resolução citada anteriormente, no sentido da promoção do aprofundamento de estudos “para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares” (CNE, 2004), a partir de então, pode se considerar possível pensar essa realidade. A luta pelo combate ao racismo requer uma reformulação completa do sistema, pois como afirma o Professor Silvio de Almeida (2020), o é racismo é estrutural e vem sendo reproduzido subjetivamente.

Desta forma, o sistema formal de ensino precisa estar compromissado em orientar e formar pessoas que possam compreender e combater o racismo e as desigualdades sociais.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p. 15).

Considerando esta perspectiva, é fundamental que a educação formal possa ser um instrumento de quebra de paradigmas, construindo novos conceitos para que os futuros profissionais possam atuar de forma mais efetiva no combate às desigualdades. Assim como os atuais profissionais possam ter a disponibilidade de formação continuada no sentido de conhecer o processo histórico do racismo e a construção eurocêntrica da educação formal e preencher as lacunas deixadas ao longo de sua formação acadêmica.

A educação escolar quilombola é o espaço ideal para que se concretize essa perspectiva de formação tanto para os alunos quanto para os professores, técnicos e profissionais de apoio. É imprescindível que a comunidade escolar esteja completamente comprometida com o combate ao racismo, torna-se um processo incompleto quando se promove formação para os professores, mas não inclui os

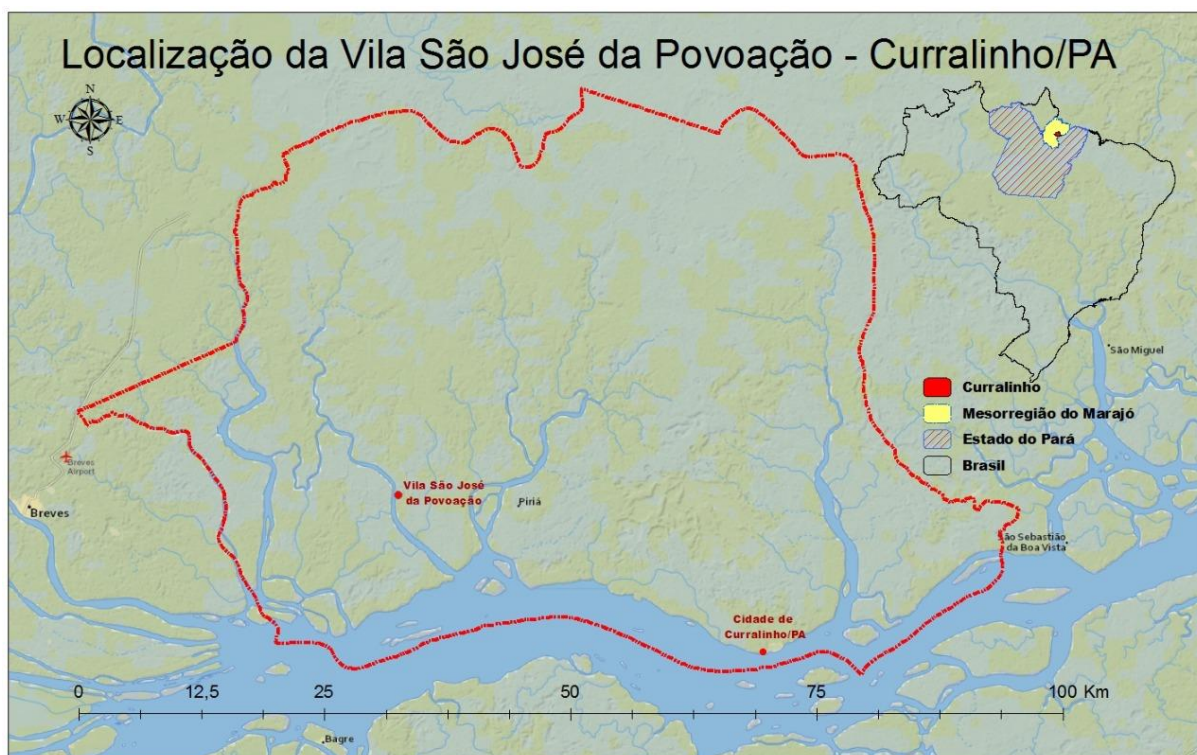
demaís profissionais que estão no espaço escolar, bem como não se estende esse espaço de conhecimento para além da comunidade escolar.

2 COMUNIDADE: POVO, CULTURA E EDUCAÇÃO

2.1 A Comunidade: Resistência viva

A Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Povoação está localizada no Rio Mutuacá, no Município de Curralinho, na região geográfica dos furos do Marajó, pertencendo à região que o professor e historiador Agenor Sarraf identifica como Marajó das florestas (PACHECO, 2010) em função das características específicas de formação de mata fechada. Estando localizada ao norte do Estado do Pará, nas Ilhas do arquipélago Marajoara.

Imagem 01: Mapa de localização da Comunidade São José da Povoação – Curralinho-Pá

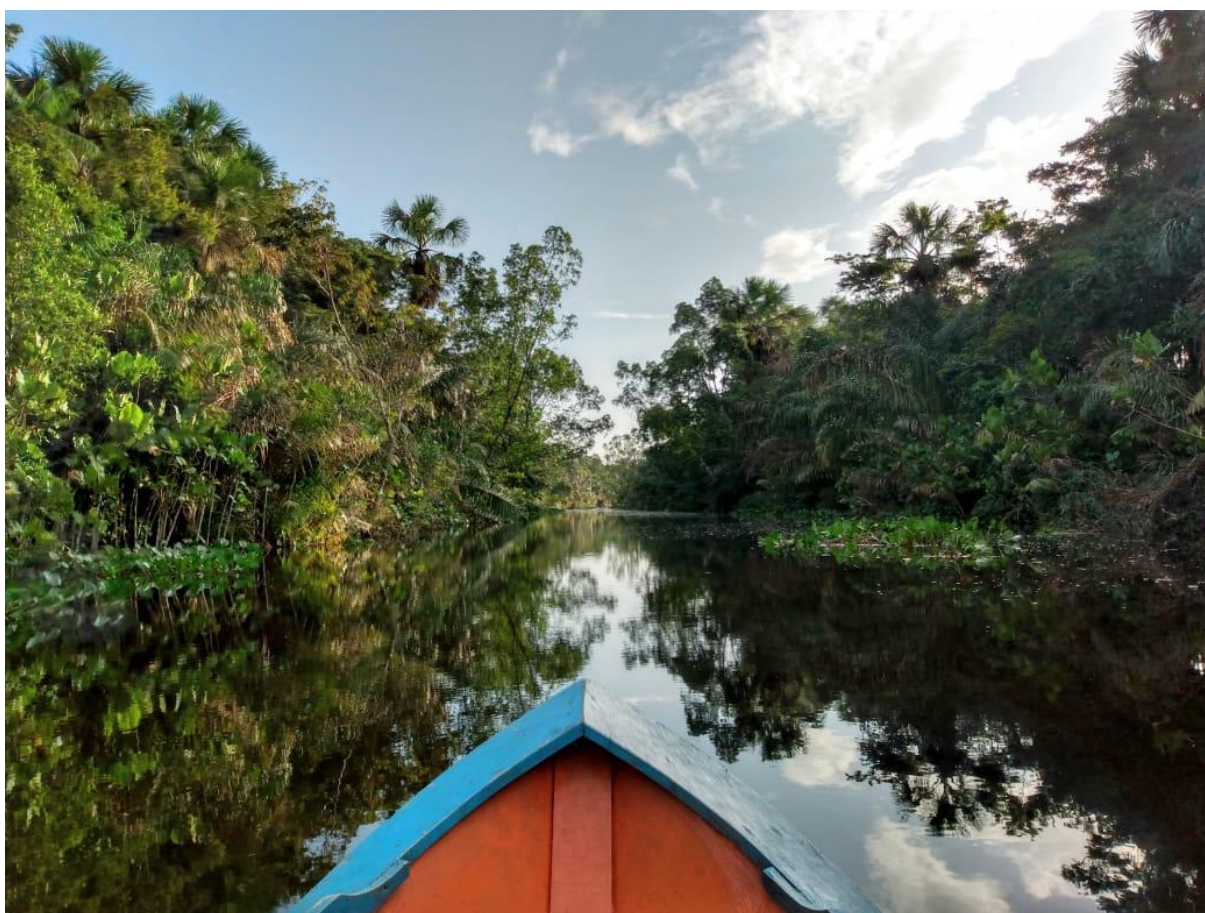


Fonte: Claudenildo Ladislau

O trajeto que percorro para chegar até a comunidade, partindo da cidade de Breves, tem um percurso que leva em média três horas viagem. Saindo de Breves normalmente às 12h00min, pagando em média R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) em barco

da linha². Cargas e passageiros dividem o espaço e aproveita-se o tempo e a tranquilidade da viagem para uma boa leitura até a confluência do Furo Santa Isabel com o Rio Guajarázinho, na casa do Sr. José Garcia e família, onde sempre tenho disponível o transporte para a segunda parte do trajeto até a comunidade. Saindo de rabeta, percorrendo o furo Juná, furo bem estreito que por vezes dá a sensação que as margens irão fechar, fazendo uma bela cobertura com o verde das árvores que se encontram pelo alto, de um lado ao outro do furo, dando a sensação de um túnel com um vento frio e refrescante.

Imagem 02: Viagem de rabeta no furo Juná



Fonte: pesquisa de campo.

Porém quando se chega ao final do furo, tendo acesso ao Rio Mutuacá, chegando assim a comunidade, depara-se com um rio largo e extenso, cujas margens

² Tipo de embarcação comercial de pequeno e médio porte que faz atividade transporte de passageiros e cargas entre os rios e furos da região, percorrendo as comunidades rurais. A expressão “barco da linha” é utilizada para identificar as embarcações que fazem viagens comerciais cobrando certos valores para o transporte de passageiros e seus pertences.

se encontram moradores remanescente de quilombo, esse trajeto de rabeta leva em média cinquenta minutos para ser concluído. No entanto, o tempo da viagem assim como a vida no quilombo e nas comunidades ribeirinhas é ditado pelo movimento as águas, interferindo em alguns minutos para mais ou para menos no tempo da viagem.

Imagem 02:Rio Mutuacá – chegada na comunidade.



Fonte: pesquisa de campo.

A comunidade é predominantemente católica, sendo a igreja mais antiga do município, com mais de trezentos anos, segundo o Senhor Manoel Baia, um dos moradores mais antigos e um dos fundadores da associação que representa a comunidade. Havendo também representações neopentecostais como Assembleia de Deus e a Congregação Deus é amor que congregam parte dos moradores da comunidade.

Um dos benefícios mais recentes que a comunidade conquistou foi a chegada de energia elétrica no local, através do linhão do Marajó, que passa por dentro do

território da comunidade, possibilitando a instalação dos equipamentos necessários e desde então disponibilizando energia ininterrupta na residência dos moradores.

A estrutura da comunidade dispõe de um posto de saúde com atendimento regular, sendo disponibilizado pela gestão municipal, um enfermeiro que faz os procedimentos de atendimento básico na unidade de saúde e prepara as transferências, nos casos mais graves, para o hospital da cidade de Currálinho e posteriormente para o Hospital Regional em Breves, nos casos de alta complexidade. O atendimento funciona no expediente regular e a qualquer horário que houver demanda.

Uma escola foi construída na comunidade para atender a demanda de alunos da localidade, com níveis de ensino desde o ensino fundamental menor até o último ano do ensino médio, a escola atende à demanda da região, dispondo de profissionais da comunidade e outros que são destinados pela Gestão Municipal, para completar o quadro funcional da escola.

Porém, no período de pandemia as atividades foram suspensas, trabalhando apenas com atividades remotas, que são produzidas pelos professores e distribuídas nas casas dos alunos. Estratégia encontrada para não paralisar totalmente as atividades e colaborar com o aprendizado dos alunos, apesar de essa modalidade apresentar dificuldades para dispor do atendimento e orientação adequada para a promoção da aprendizagem e construção do conhecimento.

A comunidade também dispõe de um campo de futebol que é usado para a realização do campeonato anual dos moradores e amigos da comunidade, além de ser espaço de lazer onde os moradores se encontram com frequência ao final do dia para a prática do futebol, enquanto outros aproveitam o momento para conversar e fazer brincadeira paralelas e ainda aqueles que usam do momento para comercializar coisas como chopp, pastel, coxinha, pipoca, balas variadas. Assim, para a comunidade, o jogo de futebol, principalmente aos finais de semana, não é simplesmente uma prática esportiva. Mas sim um momento de convivência e fortalecimentos dos vínculos de relações sociais entre os diferentes sujeitos que se encontram naquele espaço.

A igreja católica, construída ao centro da comunidade, recentemente reformada, dispõe de um salão comunitário, que é utilizado para a festa do santo padroeiro, São José, festejado no mês de maio. No período da festa do santo uma série de programações são organizadas pelos moradores para receber os visitantes e festejar o padroeiro.

Além da programação religiosa são realizadas várias atividades como leilão, bingo, sorteios, desfiles, vendas de comidas, apresentações musicais e de danças, se transformando em momentos de socialização entre os moradores e as comunidades vizinhas.

Este espaço também é utilizado para outras atividades em diferentes datas comemorativas ou eventos sociais como encontros da comunidade, reuniões, datas comemorativas como Dia das Mães ou Dia dos Pais, entre outras atividades da comunidade.

Em relação ao prédio da igreja, que segundo o presidente da associação, foi um dos mais antigos do município, no entanto, considerando as condições de deterioração da estrutura, a comunidade decidiu construir um novo prédio que está em fase de conclusão, onde já são realizados encontros, cultos, missas e batizados. Sendo que os batizados são realizados somente quando há visita do sacerdote.

As casas estão dispostas lado a lado ao longo da margem de um rio, interligadas por uma ponte de madeira e alguns caminhos de chão que dão acesso ao campo, a escola e a igreja. A estrutura das casas é toda em madeira, tipo palafita, algumas cobertas com palha e outras com telha de fibrocimento.

Os moradores são sempre acolhedores, atenciosos e brincalhões, porém, muito hostis quando a questão é desenvolver estudos na comunidade. Em alguns casos a recusa é imediata, dando a entender que estão sendo roubados ou que alguém está se aproveitando de suas informações para se promover. Considerando a condição histórica do negro na sociedade racista e exploradora que vivemos, não é possível culpá-los por tal comportamento.

Em relação às casas, algumas dispõem de um espaço dedicado a exposição da imagem de um santo, geralmente em um canto ou no centro da parede principal da sala ou ainda em um lugar de destaque, visível imediatamente ao entrar na casa.

Os espaços são adornados com fitas coloridas, flores artificiais e velas, apresentado de imediato a religiosidade dos moradores.

A estrutura da comunidade disposta à margem do rio, influencia diretamente na vida dos moradores e dinâmica de movimento de suas atividades, de forma que muitas coisas são realizadas de acordo com o ritmo da natureza, que fornece o açaí, a farinha, o peixe, a madeira, a caça e outros elementos que contribuem para a subsistência das famílias e para a geração de renda para a comunidade.

Assim, o negro que estuda é também o negro que trabalha, cuida da casa, ajuda nas despesas, cuida dos filhos, cuida da roça, faz a farinha, pesca e caça, tira o açaí, que interage e está em sintonia com o meio ambiente em uma relação de subsistência, sendo também sujeito de uma gama de relações sociais e relações de poder, dentro e fora da comunidade, nos diferentes espaços onde está presente, mostrando sua identidade e resistindo às barreiras sociais que o negro tem encontrado.

Segundo narrativa dos moradores locais, a existência da comunidade antecede a criação do próprio município. A Região era referência para viajantes no período da exploração da borracha, e posteriormente, da madeira. Chegando a exportar muitos recursos naturais a ponto de receber grandes navios de exportação para embarque de cargas. No entanto, em função da dificuldade de acesso, foi criado a sede do município em uma região de passagem de embarcações e de melhores condições de acesso.

Apesar de alguns relatos dessa realidade serem feitos com certo entusiasmo dessa realidade, é difícil identificar aspectos positivos ao longo desse processo de exploração, desde o período da escravidão até a exploração da madeira, ciclo econômico mais recente. Pois, as riquezas naturais são retiradas para exportação e poucos benefícios são deixados para a Comunidade.

Em relação ao espaço organizacional das casas, pequenas reuniões, encontros e conversas informais geralmente ocorrem na cozinha, em volta de uma mesa grande que também serve para as refeições. Geralmente esses momentos são acompanhados de uma garrafa de café e a conversa é iniciada pelo chefe da casa,

onde sempre há uma mistura humor e brincadeiras, mas que não perder a seriedade da conversa.

As rodas de conversa com os moradores são momentos de grande oportunidade para observação e aprendizado sobre a história da comunidade, sobre a dinâmica dos trabalhos, sobre a economia, sobre a identidade dos quilombolas e sobre as relações entre os moradores. Em observação é possível perceber as relações de economia familiar, os trabalhos comunitários, a vida religiosa, os momentos dedicados ao artesanato, os planos dos jovens, as histórias e experiências dos adultos e muitos outros aspectos da vida cotidiana, que vão desde a caça, pesca, produção de farinha até o voluntariado para os trabalhos da igreja.

2.2 Identificação e identidade: a experiência da chegada

Conhecer a Comunidade São José da Povoação foi uma experiência singular e muito significativa, em diversos momentos foi possível me identificar com a história de alguns moradores e lembrar momentos de minha própria trajetória de vida.

De certa forma, as histórias dos negros se cruzam e os pontos de intercessão são as dificuldades encontradas ao longo da vida e as barreiras sociais que prejudicam a ascensão social do povo negro, dificultam o acesso à educação e, em momentos distintos nos leva a experimentar a dor do racismo e do preconceito em função da cor da pele.

Desta forma, o relato que segue, é a vida de um negro que está em construção, jogando com as incertezas da vida e lutando por um processo educacional que deveria ser universal. No entanto, o relato e a realidade mostram como a vida do negro é construída de lutas, de batalhas diárias para superar as diferenças sociais.

No dia 25 de outubro de 1987, no Rio Taujuri, município de Breves, Estado do Pará, acompanhada de uma parteira, Dona Alzira dava à luz ao seu quinto filho, dos quatro anteriores um havia falecido. A este novo ser que acabava de chegar ao mundo, mesmo sem conhecer de forma profunda a origem do nome, sua história, sendo um ribeirinho com pouco estudo, mas com uma ampla leitura da Bíblia, meu pai achou de bom grado me atribuir o nome do único evangelista que não conheceu

Jesus, mas também o único que fez longa e detalhada pesquisa antes de escrever sua versão do evangelho, o médico Lucas.

Nas margens do RioTaujuri, distante entre dez e doze horas de viagem da cidade de Breves, sede do município, em uma casa construída de madeira e coberta de palha, dividida em três compartimento, uma sala grande que as vezes servia de quarto para visitas, uma cozinha que acomodava um grande número de pessoas, onde sempre fazíamos as refeições em uma grande roda sentados no assoalho e um quarto onde sempre se acomodavam os pais e as crianças menores, os demais dormiam na sala ou na cozinha, onde sempre se arrumava lugar para se armar as redes, como a maioria das casa daquele lugar pacato, uma ponte longa que ia até o limite da praia de lama, um quintal cheio de árvores frutíferas que se misturavam com o açail, no lançante a água cobria a terra de forma que o rio não tinha limites e podíamos andar de canoa em qualquer lugar, mas no verão o terreno secava e virava uma terra enxuta onde se poderia andar com os pés enxutos, neste lugar moramos até que a necessidade de estudar nos fez ser mais uma família que saía do interior em busca de oportunidades de acesso à escola.

Lembro-me que a escola funcionava inicialmente na casa da minha avó, uma senhora que morava sozinha em uma casa grande e sua sala era a escola, onde chegávamos depois de remar alguns minutos pela margem do rio, em tempos de frutas, fazendo algumas curvas para pegar um maracujá aqui, um miriti mais ali, até chegar à escola, em tempos de verão uma tortura remar na contra maré acompanhados de um sol que fazia a viagem parecer um pouco mais longa que o habitual.

Esta escola foi fechada, pois não havia professores para atender os alunos, com esforço e alguns contatos políticos, meu pai transformou a sala da nossa casa em uma classe multisseriada e a prefeitura disponibilizou uma pessoa para trabalhar como professora, mas a escola só atendia até a quarta série, enquanto eu terminava a segunda série, meus irmãos já estavam sem perspectiva de estudo naquele lugar e meus pais já planejavam um mudança radical, vender o terreno no interior para comprar uma casa na cidade e assim tentar garantir o direito ao acesso à educação que deveria ser assegurado pelo Estado, mas fora negado naquela ocasião, como hoje ainda é realidade em muitos lugares nos nossos interiores.

Naquela época eu não entendia a importância do acesso à educação com o mínimo de qualidade, a vida se resumia a acompanhar meu pai e meus irmãos mais velhos nas atividades diárias. As atividades, assim como muitas coisas na vida do ribeirão, eram definidas pela época do ano e pelas marés. No inverno amazônico, época de chuvas mais intensas e maré alta a atividade predominante era extração de madeira, lembro que de manhã bem cedo, o dia ainda se confundia com a noite, a neblina ainda pairava sobre as águas que cresciam e invadiam a terra, tomávamos um mingau de arroz ou mingau de farinha com açaí e começávamos um longo dia de trabalho que as vezes não tinha pausa para o almoço e se estendia até às 16 ou 17 horas, dependendo das condições de chuva e das idas e vindas da maré.

No restante do ano as principais atividades eram a extração de palmito e a confecção de farinha. A extração do palmito era uma prática quase que exclusiva minha e dos meus irmãos mais velhos, lembro de alguns episódios onde eu não tinha resistência física para o trabalho e mesmo assim ajudava a cortar e carregar o palmito de açaí no mato, entre quedas, acidentes, ralhos e cicatrizes que me acompanham até o tempo presente, conseguíamos vencer dia após dia.

Nas horas vagas a diversão se resumia em brincar com barquinhos de madeira na beira do rio. As lembranças me transportam para os momentos das tardes de verão, o sol brilhando, a água grande chegando próximo do nível da terra bem limpa próximo das goiabeiras, onde posso ver um garoto com seus oito anos de idade, uma vara na mão, na ponta da vara uma linha que puxava um pequeno barco entalhado de madeira que subjetivamente reproduzia o cotidiano da vida naquele lugar, no ir e vir da maré no único meio de transporte que poderia conduzir para um caminho onde também haveriam dificuldades, mas alguns sonhos poderiam se tornar realidade.

A vida no interior tinha seus momentos de fartura, momentos em que havia comida para satisfazer a fome e ainda sobrar. No entanto, houve momentos que a dificuldade chegou e presenciamos a realidade de não ter comida suficiente e as nem comida tinha. Chegamos a passar por momentos que comíamos farofa de uruá com hortaliças para não passar fome.

Quando eu tinha onze anos de idade meu pai vendeu o nosso terreno no interior e fizemos uma viagem de mudança para a Cidade de Breves. Naquele momento eu jamais poderia imaginar, mas estávamos vivenciando um ritual de passagem, onde

alguns conhecidos reproduziam o discurso que a vinda de uma família com tantos filhos, sem emprego, morando em um bairro periférico, o resultado só poderia ser jovens prostitutas e garotos no mundo da criminalidade.

Em um dia inteiro de viagem, com nossas plantas, nossos pertences, nossas poucas roupas, que eram compradas apenas uma ou no máximo duas vezes por ano, e com a esperança de uma oportunidade de acesso a educação como perspectiva de melhoria da qualidade de vida, meus pais, mesmo com pouco estudo, tinham essa percepção da importância da educação.

Nossa chegada até a cidade de Breves foi mais significativa do que eu poderia compreender no momento, os estigmas sociais que estavam em jogo e a responsabilidade que meus pais tinham de colocar 11 filhos no caminho certo, através da educação.

Para um garoto que sabia pescar, tirar açai, cortar palmito, andar de casco e se divertia com pedaços de madeira que se transformavam em barcos, a vida na cidade não seria nada fácil. Sem experiência da vida urbana, sem saber andar nas ruas, sem conhecer os caminhos para o centro da cidade ou de volta para casa, a vida não seria fácil.

Ao longo dessa caminhada nem sempre foi possível contar com a presença de meu pai para nos orientar. Ao chegarmos na cidade não foi diferente, meu pai nos deixou na casa que havia comprado e saiu para viajar e tentar conseguir proventos para nosso sustento.

A casa na cidade nos apresentava uma realidade totalmente nova e diferente do que estávamos habituados no interior. O novo espaço era pequeno, de apenas um cômodo, a construção em madeira era um pouco velha e permitia a entrada de carapanãs que simplesmente transformavam as noites em tentativas de afastar os insetos para evitar as picadas.

A localização não era as melhores, uma rua bastante afastada, não sei nem se podemos chamar de rua, pois era um caminho feito por duas tábuas jogadas ao chão em uma área de várzea, onde o mato tomava conta e no período chuvoso a água se encarregava e esconder o caminho e afundar as tábuas. Algum tempo depois foi construído uma ponte de madeira e somente no ano de 2001 que o aterro chegou até

nossa residência, fazendo com que o lugar tivesse o mínimo de merecimento de ser chamado de rua.

Sem emprego e sem uma fonte de renda fixa para se manter na cidade nossa primeira estratégia para conseguir dinheiro foi a venda de chopp, o que alguns chamam de geladinho, outros chamam de chupe chupe ou dindin ou ainda sacolé. Na minha primeira experiência como vendedor de chopp voltei pra casa exatamente com a mesma quantidade que havia levado, pois o medo de me perder e não conseguir voltar pra casa fez com que eu apenas seguisse meu irmão pela rua e não efetuasse sequer uma venda.

Pouco tempo depois eu já era mais um garoto negro que se misturava em meio a multidão, entrava nos barcos, gritava todos os sabores de chopp e o material do recheio da coxinha com apenas um fôlego e encarava com maestria aqueles que diziam que “esses moleques entram no barco só pra roubar, essa história de chopp é só desculpa”, contestava revoltado, mesmo sabendo que algumas vezes era verdade.

Durante dois anos, período em que cursei a terceira e quarta série, minha rotina se resumia em sair de casa a partir das seis e trinta da manhã, vender chopp e coxinha pelas ruas da cidade, retornava para casa às dez horas, tomava banho e ia para escola, ainda tinham turmas que estudavam no horário intermediário e a minha era uma delas, entrávamos as onze horas e a saída era as catorze e trinta, só então que ia almoçar e voltava para fazer a venda de chopp e coxinha novamente. Enquanto isso, meu irmão mais velho trabalhava 9 horas por dia em uma serraria, o segundo irmão fazendo bicos com um senhor conhecido na cidade e minha irmã trabalhando em casa de família.

Por vezes tinha que parar a venda para poder acompanhar minha mãe na busca por empregos, pois os irmãos mais novos eram gêmeos e não tinha carrinho de bebê, então era preciso ajudar a carrega-los, nas longas filas na busca de um atendimento na prefeitura local, passávamos o dia inteiro à espera e no final do dia sem qualquer perspectiva, um secretario ou até mesmo o prefeito dizia que nada poderia ser feito, metia a mão no bolso e puxava alguma nota ou nos encaminhava até a cozinha do prédio para pegar um frango e ajudar a nos manter.

Em um determinado dia, um dos gêmeos que tinham apenas onze meses de idade, ficou doente e precisou de atendimento médico, minha mãe o levou até o posto

de saúde onde foi atendido e tomou uma determinada medicação e retornou para casa, no começo da noite o bebê começou a ter uma reação alérgica e minha mãe decidiu levá-lo ao atendimento de urgência e emergência. Infelizmente ele não resistiu e veio a óbito. Na ocasião a ambulância foi levá-los até em casa, mas a rua não permitia acesso de veículos, não consigo imaginar o quão dolorido deve ter sido para uma mãe carregar o corpo de seu filho nos braços sabendo que não tinha mais vida, mas pude perceber sua força ao abrir a porta da casa e ver ela com a criança nos braços, o olhar triste, o rosto ainda com lágrimas que as mãos ocupadas não podiam enxugar e a voz cansada dando a notícia que tínhamos perdido um irmão.

Essa e tantas outras lembranças insistem em fazer parte do acervo das minhas memórias ainda me recordo nitidamente que muitas vezes minha mãe pegava o dinheiro do chopp para poder comprar o jantar, que quase sempre era suco com pão, as moedas que sobravam eu guardava para comprar o material escolar e poder estudar.

Em um certo dia, voltando para casa após ter vendido todo o material, caminhando lentamente pela ponte, pensava sobre como a vida poderia ser diferente, mais fácil, mais divertida, pesava naqueles que eram meus clientes e ao mesmo tempo as pessoas que mais odiava no mundo, pois não apenas compravam, mas acima de tudo me humilhavam. Ao chegar em casa minha mãe estava sentada na porta, com as costas apoiadas na parede, as pernas curtas esticadas quase fechando a passagem, uma tarde fria e nublada, havia chovido um pouco, me deitei no chão e apoiei a cabeça em sua coxa e falei como queria que a vida fosse diferente, aquele dia não tinha sido fácil. Ela acariciava minha cabeça passando a mão entre meus cabelos afirmou que eu deveria estudar, só assim a vida seria diferente.

Minha mãe finalmente conseguiu emprego, trabalhou de gari durante alguns anos. Com a ausência de meu pai sempre viajando, meus irmãos mais velhos trabalhando, fui o “sorteado” para cuidar da casa e tratar dos afazeres domésticos, a vida ficou um pouco diferente, pois além de cuidar da casa e fazer as refeições, ainda precisava fazer os trabalhos escolares do meu irmão mais velho que trabalhava das sete às dezessete e trinta e a noite estudava na Educação de Jovens e Adultos, mas, como é evidente, não tinha tempo de fazer as atividades escolares.

Era minha responsabilidade conduzir minha mãe até o trabalho e de volta para casa, fazia isso quase todos os dias, confesso que nem sempre era o que eu desejava fazer, percebia o quanto ela se sacrificava, as vezes não eram ruas arborizadas e precisava trabalhar com o sol forte, mas ela sempre repetia com convicção que fazia aquele sacrifício para que nós pudéssemos estudar.

A dificuldade era sempre presente no cotidiano, um salário-mínimo, mais o pouco que entrava com a ajuda dos meus irmãos, para poder sustentar dez filhos e ainda comprar o necessário para todos como vestimenta, calçados, material escolar, uniformes. Meu pai ajudava bastante, mas quase sempre estava viajando, chegava a passar até um mês fora de casa e minha mãe assumia toda a responsabilidade.

Chegamos a trabalhar com venda de chopp, de pão, de coxinha, com carrinho de lanche, carro de sorvete. Próximo de casa havia empresas que trabalhavam com beneficiamento de madeira, então em alguns momentos trabalhei retirando a muinha³ e aterrando quintais para receber um dinheiro extra e ajudar nas despesas em casa.

Em um certo dia, 17 de agosto de 2004 para ser mais preciso, meu pai havia chegado de mais uma viagem, meus irmãos mais velhos estavam para a escola, após o jantar eu saí para visitar uma amiga do grupo de jovens da igreja. Por voltas das nove horas da noite retornei pra casa, ao entrar encontrei meu pai na sala e percebi que a cozinha estava escura, onde minha mãe se encontrava deitada em uma rede, chorando silenciosamente, questionei o que havia ocorrido e ela me respondeu que não era nada, percebi que eles haviam discutido.

Retornei até a sala e questionei o meu pai sobre o ocorrido, ele não me respondeu nada, quando eu insisti ele me respondeu com as seguintes palavras: “esse caralho tomou veneno e não quer ir para o hospital”. Aquelas palavras me tiraram do chão, por alguns segundos fiquei sem reação. Mas, era necessário reagir, fiz com que ela trocasse de roupa, pequei a bicicleta e ela resistindo para não se sentar na garupa, mas eu insisti, comecei a pedalar como nunca havia pedalado antes, só pensava em chegar o mais rápido possível ao hospital, não me sentia cansado, só pensava no que poderia acontecer. Ela sempre calma afirmava a todo momento para que eu fosse devagar que estava tudo bem.

³ Resíduo miúdo que resulta do processo de beneficiamento da madeira pra construção de casas, alguns conhecem como cuim.

Chegamos ao hospital e a recepção estava cheia de gente, fui pedindo licença e chamando a atenção dos atendentes para a gravidade da situação, mas ninguém nos atendia. Minha mãe estava aparentemente bem, porém, algo me dizia que nada estava bem. Comecei a falar mais alto e dizer que ela havia tomado veneno, só então nos mandaram entrar, colocaram ela em uma maca, fizeram a ficha do prontuário e começaram a induzir o vômito. A sala era pequena, uma maca ao centro, o médico e os enfermeiros em volta, uma pequena janela de vidro me dava a visão do que estava acontecendo, foi por ali que vi minha mãe lentamente perder os sentidos, sem qualquer controle de seu corpo, suja de fezes, urina e vômito. Meus irmãos e alguns amigos haviam chegado e não permitiram mais que ficássemos naquele lugar.

Aguardamos do lado de fora até tarde da noite sem qualquer resposta, fomos orientados a ir pra casa, apenas dei um cochilo em casa, acordei e ainda estava escuro e meus irmão já não estavam, não houve banho, não houve cabelo penteado, não houve roupa arrumada, apenas a primeira camisa que encontrei, peguei a bicicleta e fui para o hospital, ainda estava um pouco escuro, frio, cheguei no espaço que dá acesso às ambulâncias, onde estavam meus irmãos, alguns amigos e uma de minhas tias, ela veio caminhando na minha direção, segurou no guidão da bicicleta e disse que minha mãe não tinha resistido, que nós a havíamos perdido.

Com a cabeça baixa, apoiado na bicicleta, as lágrimas escorreram instantaneamente da mesma forma que escorrem quando escrevo essas palavras, minha tia passava a mão na minha cabeça e minhas lembranças eram dos momentos que minha mãe acariciava meus cabelos e me dizia para estudar que a vida ia melhorar. Não há muito a se declarar sobre esse momento, pois qualquer coisa que possa ser escrito com a melhor descrição possível não será capaz de retratar esse momento.

Para aumentar mais meu pranto e acumular mais lembranças dolorosas, fiquei encarregado da dura responsabilidade de comunicar aos parentes que residiam na cidade sobre o ocorrido, ainda me lembro com clareza pedalando pelas ruas naquela manhã, não tinha noção do que estava fazendo, parecia que estava fazendo tudo em modo automático, batendo em algumas casas, acordando algumas pessoas e avisando daquela fatalidade enquanto preparavam o corpo para o velório.

No retorno para o hospital, aguardamos pouco tempo e o corpo foi liberado, levado inicialmente para o salão comunitário da comunidade onde participávamos, ali recebemos parentes, amigos e conhecidos que nos consolavam, também recebíamos curiosos que insistiam para que recontássemos o ocorrido, sem o menor respeito pela dor que estávamos passando.

No final da tarde, acompanhados de um bom número de pessoas, o corpo foi levado para nossa casa, já não era uma casa de apenas um cômodo como outrora, havíamos nos mudado para o outro lado da rua, estávamos construindo uma casa nova, obra começada por minha mãe. Na casa antiga havia uma sala, um quarto e uma cozinha, na construção nova que estava por cima, apenas uma escada improvisada de acesso e um salão fechado, a condição financeira ainda não havia permitido continuar.

Exposto na pequena sala, acompanhado dos parentes e amigos que não nos deixavam sozinhos, o corpo de minha mãe estava ali em sua última visita na casa que ela me disse uma vez que enquanto estivesse viva meu pai não colocava outra mulher ali e depois que morresse a casa seria nossa.

Foi uma noite longa, triste como eu jamais poderei descrever, tomei um copo de leite e deitei-me, lembro-me que tive dificuldade para dormir, novamente acordei na madrugada e de imediato veio à mente a imagem do corpo de minha mãe exposto na sala.

O sepultamento estava marcado para às nove horas, alguns minutos antes alguém teve a ideia de fazer um ritual de despedida, e esta é mais uma cena que me traz lágrimas nos olhos, ao lado da urna funerária, junto com meus irmãos, parentes e amigos, alguns falaram belas palavras de como a vida era boa com ela, algum tempo depois que eu fui perceber como a vida já era boa.

Na saída para o cemitério uma quantidade de pessoas aguardava na rua, pois a casa não suportava, o cortejo em carros, motos, caminhão cheio de pessoas, conduziu o corpo até o cemitério e mais um ritual foi estabelecido ali. No retorno para casa, apenas algumas pessoas nos acompanhavam, a casa ficou tão vazia e silenciosa que chegava a doer na alma. Me deitei em uma rede e comecei a chorar, essa foi uma das poucas vezes que meu pai falou comigo durante todo esse período, passou do lado da rede e afirmou: “é meu preto, agora a vida vai ser diferente”.

Realmente seria diferente, pois, pouco depois da morte de minha mãe ele saiu para uma viagem e passou aproximadamente três meses sem dar notícias, não sabíamos se estava vivo ou não, quando simplesmente resolveu voltar para casa passou poucos dias e viajou novamente com o discurso que ia buscar alguém para cuidar de nós, segundo ele, estávamos precisando, só depois percebi que se tratava de uma nova esposa.

Alguns dias depois meu pai voltou para casa comprando panelas novas, talheres, fez alguns ajustes na casa, ele mesmo se encarregou de lavar toda a casa e arrumar para esperar alguém. Sem conseguir suportar o que estava acontecendo, questionei o motivo pelo qual ele estava fazendo todas aquelas coisas, sendo que durante toda a minha vida nunca havia presenciado ele fazer qualquer atividade daquela natureza. Brigamos, chorei bastante e falei que não aceitava outra mulher em casa.

Dias depois uma mulher trazendo duas filhas, uma criança e outra adolescente, chegou em casa para cuidar de nós, mas o fato foi bastante diferente, pois aquela mulher se recusava a ajudar nas tarefas de casa, nem suas próprias roupas queria lavar, tratava eu e meus irmãos de maneira péssima, criava intrigas para que meu pai brigasse comigo e com meus irmãos, por atitude firme de um dos mais velhos ela foi mandada embora e a vida continuou.

Pouco tempo depois do falecimento de minha mãe, com indicação da minha irmã mais velha, arrumei meu primeiro emprego em um bar e restaurante localizado na orla da cidade chamado Point do açaí, comecei sendo responsável pela limpeza dos banheiros, com dezesseis anos de idade, aos dezoito anos, quando pedi demissão para servir o Tiro de guerra, já era responsável pelo bar, pelo caixa e pelo pagamento das garçonetes.

No ano de 2006 prestei serviço militar no Exército, através do Tiro de Guerra instalado no município, onde fui monitor, comandante da tropa, instrutor de TFM, recebendo certificado de Honra ao Mérito pelo serviço prestado, sendo dispensado ao final do ano. Nesse período, em função do destaque nos trabalhos, recebi proposta do nosso comandante para passar um tempo em Belém, morando em seu apartamento, juntamente com seu filho, de idade semelhante à minha, para estudar e prestar a prova para ingresso na Escola de Sargento das Armas. Oportunidade que

foi desperdiçada por não ter autorização de meu pai, segundo ele, não poderíamos morar longe para não espalhar os irmãos.

Em março de 2007, por influência de meu irmão mais velho, comecei a trabalhar em um escritório de advocacia fazendo a limpeza e organização dos arquivos dos clientes. Devido a algumas habilidades fui desenvolvendo outras atividades que me levaram a trabalhar durante oito anos neste local, organizando documentos, fazendo diversos documentos do campo jurídico.

No ano de 2009, fui aprovado em um concurso público e comecei a trabalhar na educação como auxiliar administrativo, ao mesmo tempo em que trabalhava no escritório de advocacia. Em 2011 fui aprovado em primeiro lugar no concurso para Professor de Ensino Religioso no Município de Melgaço, assumindo no início de 2012 onde trabalho até a presente data, pedindo exoneração do Município de Breves, mas ainda prestando serviço para o antigo escritório de advocacia até o ano de 2016, onde mantenho excelente laço de amizade.

No tocante a vida religiosa, fui criado como cristão, passei por todos os sacramentos introdutórios, batismo, eucarística, fui crismado e estou na fase do casamento, espero que por bastante tempo. Participei, ainda no interior, da comunidade Santa Maria, no rio Taujuri, uma igreja pequena à margem do rio, construída em madeira, simples, porém de ar acolhedor e humilde, onde se reuniam parentes e conhecidos para os cultos matinais aos domingos e nas festas especiais.

Na cidade fiz catequese e ingressei no grupo de jovens Juventude Unida Brevense, ainda na adolescência, por coincidência fundado no mesmo ano de meu nascimento, onde participei por longo tempo e tive a oportunidade de crescer como pessoa e aprender coisas significativas que ajudam ao longo da vida.

Neste grupo fui vice coordenador junto com meu irmão, sendo integrado à Pastoral da Juventude, participávamos de diversas atividades, entre elas a organização e apresentação da Peça Teatral Paixão e Morte de Cristo, onde tive a oportunidade de mostrar minha habilidades de ator e interpretar Jesus, um dos momentos mais emocionantes da minha vida, principalmente antes de iniciar a apresentação, olhando pelo canto do palco, percebi que o maior ginásio da cidade, local da apresentação, estava tão cheio que já não havia mais espaço.

Destacando algumas ações que hoje me trazem reflexões, mas, na época eram “brincadeiras”, quando afirmavam que eu não poderia ser Jesus, pois eu era preto, que esse era o primeiro Jesus preto que tinham visto na vida, alguém chegou a afirmar que eu poderia fazer o papel de Satanás, mas não o de Jesus. Essas afirmativas aconteciam em rodas de conversas e passavam como brincadeiras, só agora, depois de algumas leituras de vida, eu consigo perceber o quão racista aquelas situações eram.

Ainda no aspecto religioso dividi a coordenação da catequese junto com minha esposa, na época, namorada. Apesar de todo esse percurso religioso, depois de alguma caminhada acadêmica e vivenciar algumas realidades dentro da igreja, apesar de ainda ter minha religiosidade, acreditar em uma divindade, tenho certeza de que não é o mesmo que alguns padres e pastores ainda insistem em apresentar.

Não poderia deixar de destacar aqui, ainda que de forma singela, a importância da família que consegui construir até o momento. Em 25 de dezembro, depois de longas tentativas, venci pelo cansaço e alguém teve coragem de dizer sim ao meu pedido de namoro, que resultou em uma bela e divertida cerimônia de casamento no dia 16 de setembro de 2011.

Em 28 de janeiro de 2012, depois de algumas complicações, uma longa espera e uma ameaça ao médico responsável pelo plantão, finalmente conheci o amor da minha vida. Era de tarde, eu esperava ansioso do lado de fora do espaço reservado à maternidade, depois de uma noite e quase um dia inteiro, vejo minha sogra aparecer no corredor, com um pequeno embrulho nas mãos, mais pano do que gente, peguei nos braços e, apesar de não ser dos melhores cantores, cantei uma música para minha filha e não tenho palavras para descrever o aspecto mágico daquele momento, até a presente data, todas as vezes que ouvimos a música cantamos juntos.

Fiquei por ali o resto do dia, a noite fui para casa preparar as coisas para receber aquele pedacinho de carne, havia comprado uma câmera fotográfica exclusivamente para aquele momento e na manhã seguinte a equipe do hospital conheceu o que é um pai revoltado que teve seu direito de acompanhar os procedimentos de sua esposa e filha negados.

Passados três anos, eis que em 26 de maio, eu aprendi que o amor pode ser dividido. Após os procedimentos iniciais minha esposa ficou no hospital,

acompanhada pela mãe e eu precisei voltar para casa, pois havia alguém que precisava de atenção. E no meio da noite o telefone toca para avisar que o rei da minha vida acabara de nascer e que estava tudo bem. Artur veio com muitas alegrias, completou nossa família e então decidimos encerrar o expediente no que diz respeito ao ensinamento bíblico “crescei-vos e multiplicai-vos”. Atualmente, Sofia com nove anos, Artur com seis adoram carne assada, salada, uma boa música e uma boa viagem, juntamente com minha esposa tentamos ensinar a importância da educação e estamos tentando conduzi-los por um caminho saudável.

Em meio a essa longa e cansativa narrativa, podem me interrogar: e a vida escolar como ocorreu? Então, essa é uma linha que merece atenção especial, que iremos percorrer a partir deste momento.

Minha vida de estudante teve início antes de entrar na escola, com a ajuda de minha mãe e meus irmãos, fui apresentado ao alfabeto e as primeiras palavras, cursei a primeira série na escola que funcionava na casa de minha avó e a segunda série na escola que funcionou na sala de casa. Então, aos onze anos de idade nos mudamos para a Cidade de Breves, onde estudei a terceira e quarta série na escola Áurea Cunha, no horário do intermediário, que se estendia das onze horas às catorze e trinta. Na terceira série tive a sorte de ser aluno da professora Márcia, dedicada, de voz meiga e muito incentivadora. Na quarta série fui aluno da Professora Edna, uma pessoa um pouco rígida, mas uma excelente profissional com quem tive grande aprendizado.

O Ensino Fundamental maior cursei todo na escola Miguel Bitar, um pouco longe de casa, média de vinte a trinta minutos de caminhada, porém referência de qualidade na cidade, minha referência nesta escola foi a Professora Lucijane Macedo, por quem tenho grande apreço, sempre me aconselhou, corrigia meus rascunhos e elogiava minhas poesias, talvez não pela qualidade dos escritos, mas pela gentileza da pessoa que ocupava o cargo de vice-diretora da escola. Fui conduzido à diretoria uma vez por comportamento inadequado, ainda na quinta série, onde tive uma nota vermelha por me recusar a refazer um trabalho na disciplina de história.

No entanto, no mesmo ano, participei do projeto de conscientização sobre o uso da água, desenvolvido pela escola, onde realizamos palestras com trabalhadores de empresas madeireiras e de navegação, fizemos viagens nos barcos para orientar e sensibilizar os passageiros, distribuímos cartazes e recolhemos lixo do rio. Todos

os anos, participávamos da Feira Cultural que tinha por nome Mostra Interdisciplinar Bitarniana – MIB. Destacando o ano em que o evento teve como tema a escravidão. Onde trabalhamos na reprodução da réplica de uma senzala e dos castigos que eram aplicados aos negros e fizemos a exposição na quadra da escola dada a dimensão do trabalho.

Sempre busquei ser um aluno dedicado, apesar de algumas vezes o comportamento não ser o mais adequado. Uma de nossas diversões era apostar para ver qual dos colegas conseguiria acumular o maior número de notas “10”.

O ensino médio cursei o primeiro ano na escola Elizete Fona Nunes, neste ano já estava trabalhando no bar e restaurante e já havia perdido minha mãe, meu rendimento não foi semelhante ao dos anos anteriores. Neste ano me envolvi em duas confusões, uma com um colega que falou de minha mãe, outra com um professor que não estava tendo um dia muito bom e pegou a turma bastante agitada, perdeu a paciência, a compostura e o profissionalismo, chegando a chamar os alunos de cachorros e afirmar que tinha nojo da turma.

Esse comportamento me fez pedir transferência para a escola Gerson Peres e deixar de estudar com os amigos que me deram forças quando precisei e sempre estavam ao meu lado, em especial uma jovem garota que também viera do interior, Dhessyca, se bem me lembro essa é a forma correta de escrever seu nome. Nesta escola cursei o segundo ano, no mesmo período que prestei o serviço militar, e o terceiro ano. Mantendo meu boletim sem reprovação e com uma única nota vermelha na disciplina de história na quinta série.

No ano de 2008, com o incentivo de Dona Jociane, carinhosamente chamada de Dona Jô, esposado advogado com quem eu trabalhava, me matriculei para cursar teologia com complementação pedagógica que habilitava para trabalhar a disciplina de Ensino Religioso, apesar de essa não ser minha principal intenção no momento, pois minha curiosidade era voltada para o aspecto religioso, concluindo no mesmo ano em que fui aprovado no concurso de Melgaço.

No ano de 2013 iniciei o curso de turismo na Universidade Federal do Pará – Campus de Breves, onde cursei também a especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidades, ofertado no Campus, pelo Instituto de Ciência Jurídica da UFPA. Onde desenvolvi as habilidades de mestre de cerimônias e complementei a

formação com o curso de turismo, nas várias disciplinas sobre eventos, sendo mestre de cerimônias como voluntário no campus e trabalhando em alguns eventos do município.

Como mestre de cerimônias no Campus trabalhei em diversos eventos, com a orientação gentil da Suelém Balieiro, entre formaturas, debates, posse de prefeito, merece destaque o evento mais célebre que apresentei, cujo personagem principal sempre me foi referência, tanto no aspecto religioso, como no humano e na luta por direitos. Don José Luiz Azcona, Bispo da Prelazia do Marajó, homem honroso que tive a oportunidade de homenageá-lo com uma imitação de suas falas, recebeu da Universidade Federal do Pará o título de Doutor honoris causa, onde tive a honra de ser mestre de cerimônias do evento.

Por fim, chegamos ao processo seletivo do mestrado, um sonho que ficou silenciado desde a especialização. Um determinado momento acompanhei a postagem de uma colega, por quem tenho grande carinho, Débora Elane, que havia sido aprovada para o PPGEDUC na turma de Cametá. Pedi algumas informações e ela me compartilhou o edital que havia sido aprovada, foi então que desenvolvi a habilidade de acordar entre quatro e cinco horas da manhã e estudar enquanto muitos dormiam.

Consegui aprovação, com o apoio de alguns amigos, e tive a graça de ser escolhido por minha orientadora, que apesar do pouco tempo de convivência e a distância provocada pela pandemia, já pude conhecer sua gentileza e me identificar com algumas de suas muitas características.

Tivemos a oportunidade de cursar algumas disciplinas e a pandemia do covid-19 fez tudo ficar paralisado no aspecto presencial, o medo tomou conta de todos, o isolamento foi necessário, viajamos para o interior para ficar em isolamento, onde tinha que pegar a rabeta e ir até um determinado lugar para conseguir internet e acompanhar as aulas e orientações.

Tivemos aprovação de trabalhos para apresentação em alguns eventos, entre eles o Fórum Internacional de Sociologia, cuja apresentação fora feita em espanhol. Ao receber o certificado, estava em Melgaço, no quarto de uma kitnet, havia acabado de chegar de um dia intenso de trabalho e por e-mail eu recebi o certificado todo em inglês.

Sozinho, sem ninguém para mostrar, sem uma pessoa para correr e abraçar, liguei para minha esposa e contei que havia chegado o certificado da apresentação e não pude me conter, as lágrimas vieram, ao lembrar das coisas que minha mãe passou para que tivéssemos acesso à educação e agora um preto que saiu do interior estava apresentando trabalho em um evento internacional, mas minha mãe não estava mais ali para ver o resultado de todo o seu esforço.

Neste processo, faz-se necessário compreender que essa realidade social não reflete somente o momento presente, mas é fruto de um passado de exploração, de escravização, de negação da identidade e da cultura negra, e até mesmo a não aceitação do negro como ser humano.

O processo histórico no qual se desenvolveu a sociedade brasileira se caracteriza como extremamente racista por proporcionar que o negro fosse subjugado, escravizado, arrancado de suas origens e forçado a trabalhar para produzir riquezas para os brancos.

Desta forma, este pequeno relato de uma história de vida é reflexo da sociedade em que vivemos, das barreiras sociais encontradas pelos negros para acessar o sistema de ensino, das condições econômicas que obrigam o jovem negro a entrar mais cedo no mercado de trabalho e dividir o tempo entre o emprego e a escola.

Partindo deste contexto, ao conhecer a realidade da Comunidade quilombola São José da Povoação foi possível perceber que as histórias apenas mudam de lugar e de nome, mas as identidades e os processos são os mesmos, o racismo e a luta são os mesmos.

As lutas por acesso a uma educação de qualidade são semelhantes e a dor do racismo e do preconceito racial é sentido com intensidades que remetem aos mesmos grupos identitários, oprimidos e marginalizados. Chegando à condição de acreditar que acessar a educação formal já é uma grande conquista, quando deveria ser um direito regular garantido pelo Estado.

Entre as experiências na comunidade é possível destacar algumas que nos lembram momentos passados e que nos motivam a continuar a luta pela educação de qualidade voltada para o combate ao racismo.

Busca-se referência nas falas do Senhor Leopoldo e do Senhor Raimundo, ambos frequentaram a escola por pouco tempo, o suficiente para serem alfabetizados e dominar a escrita, mesmo que apresentando algumas dificuldades. No entanto, são detentores de um saber antropológico indescritível.

Um entendimento da vida e das práticas do dia a dia que ultrapassam as expectativas acadêmicas e se firmam na experiência da vida e no aprendizado de gerações. Os cuidados da roça a prática da farinha, a pesca, a caça, o cultivo do açaí, o traquejo na conversa e a fineza nas relações com os outros moradores são reflexos de uma vivência social com conhecimento que está além da compreensão acadêmica.

No discurso do Senhor Leopoldo, ele afirma que vai colaborar na pesquisa em tudo que lhe for possível, pois entende que a educação é importante e qualquer projeto que possa colaborar para melhorar a qualidade do ensino na comunidade é de seu interesse, afirmando que apesar de sua idade, não tem muitas perspectivas de ocupar o espaço da escola para estudar, mas que todo resultado positivo será benéfico para seus familiares. Em suas palavras, ele destaca: “talvez isso não sirva pra mim, mas meus filhos e netos estão aí e vão precisar”.

Nesta mesma perspectiva aponta o discurso do Senhor Raimundo, tive a oportunidade de encontrá-lo em um dia que estava fazendo farinha, na casa de forno⁴ um excelente espaço para socialização, pois em dia de fazer farinha, passa-se o dia inteiro nesta atividade, preparando a mandioca, ralando, secando a massa, coando, separando a tapioca, o tucupi, torrando a farinha e tecendo longos diálogos com os envolvidos no trabalho e aqueles que passam pelo local.

Na oportunidade se conversa sobre múltiplos assuntos, desde os mais delicados até as brincadeiras mais sórdidas. As lembranças da infância fazem questão de estar presente nesse momento, e foi possível relembrar ali momentos de minha própria história e identidade e por vezes me confundir com alguns dos garotos que transitavam pelo local.

Citando Djamila Ribeiro (2019), ainda que o quilombo não seja meu lugar de fala, pois não sou quilombola, mas pode ser o meu lugar de identidade, aquele lugar com que eu posso me encontrar e reviver memórias de uma vida que experimentou a

⁴ Espaço tipo cabana, construído com madeira e coberto com palha onde se faz o preparo da mandioca e todo o processo de produção da farinha.

dor do racismo na e pela pele, o lugar onde as experiências se multiplicam e se identificam quando o Seu Raimundo enche o tipiti⁵ e questiona se era daquela forma que se fazia no meu interior.

Imagem 03: Senhor Raimundo com o tipiti



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Entusiasmado com a partilha das experiências, a conversa continua e ele destaca que graças ao meu estudo hoje já não se faz necessário viver esse processo a não ser por mera nostalgia das lembranças de outrora. Ressaltando o poder que a educação formal tem de transformar a realidade social e econômica das pessoas.

Destaca-se neste caso, a importância que se atribui à educação formal e a sua possibilidade de promover mudanças significativas na realidade social que estamos

⁵ Produto artesanal, feito à base de talas, que serve para retirar o excesso de líquido da massa da mandioca para poder torrar a farinha, fazendo a função de uma prensa, porém, de modo típico do ribeirinho marajoara.

inseridos e, de certo modo, até promover momentos de reflexão que inspiram a novos processos em busca de melhorias.

Essa realidade, apesar de motivadora, é apenas um destaque de alguém que conseguiu quebrar as barreiras e ser mais que um índice estatístico, quando na verdade deveria ser a regra para todos.

É preciso enfatizar a história dos negros que conseguiram se destacar através da educação ou de qualquer outro instrumento. No entanto, não podemos romantizar essa realidade e esquecer que muitos ainda vivem oprimidos e precisam de políticas que possam contribuir para a mudanças da realidade social e econômica das nossas comunidades negras.

2.3 A Educação na Comunidade: Um caminho em construção.

A escola da comunidade fica localizada no espaço próximo a igreja e ao salão da comunitário, conta com uma estrutura espaçosa, porém um pouco deteriorada pelas intempéries. Dispõe de um palanque que facilita a circulação, uma área de terra firme na frente, com grandes árvores que formam um espaço sombreado ao longo do dia, tornando o ambiente bastante agradável. Ao lado esquerdo localiza-se a Igreja católica, ao lado direito e aos fundos encontram-se algumas casas de moradores da comunidade, com acesso de pontes construídas em madeira.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a escola começou a funcionar na residência do Sr. Evaristo Teles Carvalho e a Senhora Maria das Graças, sua esposa, sendo que os professores das primeiras turmas de alfabetização eram o proprietário e sua esposa. Depois de dois anos, o senhor Evaristo se mudou e a escola passou a funcionar do outro lado do rio, em frente a vila, atendendo crianças de 06 a 12 anos de idade, nos níveis de 1ª a 4ª série.

Após este período, a escola passou a funcionar em uma casa na comunidade, depois no Casarão. Quando a escola começou a funcionar no casarão iniciou também o circuito, atendendo os até a 5ª série, sendo construído o prédio atual no ano de 2005, começando a atender turmas de educação infantil, alfabetização, ensino fundamental menor e no ano de 2007 começou a atender também com turmas da Educação de Jovens e Adultos.

A escola tem sua estrutura construída em madeira, possuindo 9 salas de aula ainda equipadas com quadro negro, secretaria, copa e cozinha, área livre para circulação, 04 banheiros, sendo dois masculinos e dois femininos, sala da diretoria, coordenação pedagógica e sala dos professores, atendendo, atualmente 520 alunos regularmente matriculados.

A escola dispõe de dois anexos que funcionam no furo Juná e em Camauá. Para garantir o funcionamento desta estrutura, a escola conta com um diretor, um vice-diretor, uma secretária, um auxiliar de secretaria, uma coordenadora pedagógica, dezesseis professores, que atendem a sede e os anexos, nove profissionais de apoio educacional e sete condutores para o transporte escolar.

Faz-se necessário destacar que na sala da diretoria também é atendido o funcionamento da biblioteca, a coordenação pedagógica e secretaria também dividem o mesmo espaço. A escola dispõe ainda de um depósito para materiais didáticos e uma sala multifuncional.

Existe um espaço, cujo objetivo é a construção da quadra da escola localizado próximo ao campo da comunidade, onde os planos da gestão municipal informam que será construído a nova escola, porém, as obras da quadra de esportes encontram-se paralisadas, faltando ainda estrutura de cobertura e acabamento.

Desta forma, percebe-se que a estrutura física da escola relativamente boa ao se considerar a realidade de algumas escolas da região. Portanto, com capacidade para atender uma educação de qualidade, apesar das dificuldades do dia a dia.

2.3.1 O Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico da escola está estruturado propõe ações para o período de 2022 até 2024, apresentando e descrevendo a estrutura física da escola e apontando os encaminhamentos, projetos e diretrizes para as ações pedagógicas e administrativas até o ano de 2024.

De acordo com o PPP, a escola apresenta preocupação com a formação humana dos alunos, buscando alternativas para que os alunos sejam protagonistas do processo de aprendizagem, entendendo que

(...)o ser humano é uma totalidade afetiva, social, motora, corporal e cognitiva. E todas essas dimensões devem ser consideradas na sua formação sendo também esta articulada a um compromisso de esperança, transformação e uma integração que assegura realmente a lógica de se formar pessoas melhores (PPP, 2022, p. 18).

Apontado para a perspectiva de participação ativa dos alunos nas etapas do ensino. Destacando a necessidade de pautar a formação humana no desenvolvimento mais amplo das potencialidades, considerando a formação de pessoas mais “críticas, honestas, competentes, criativas, autônomas, dinâmicas, pontuais, autênticas, solidárias e que jamais deixem de acreditar e lutar por seus sonhos (PPP, 2022, p. 18)”.

No que diz respeito à abordagem da temática do racismo a partir do planejamento do PPP, o tema aparece duas vezes, em um mesmo tópico, ao apresentar o diagnóstico, contextualizando a escola dentro da comunidade quilombola, destacando o Brasil como um país de muitas leis, porém de direitos limitados.

Apresentando os aspectos legais sobre racismo e discriminação racial, bem como as “intenções” governamentais em eliminar essa prática da sociedade. Não sendo possível identificar outras menções à temática ao longo do documento.

Ao se tratar de discriminação racial, especificando o termo exatamente desta forma, o documento aborda apenas duas vezes, no mesmo tópico da abordagem do racismo, destacado anteriormente, ao contextualizar o século XX, destacando que “nada de realmente relevante foi feito em termos de uma legislação para a promoção da cidadania plena da população negra” (PPP, 2022, p. 23), voltando a abordar a temática logo em seguida, associada ao racismo.

No entanto, ao dissociar o termo “discriminação” do termo “racial”, no item que trata da convivência escolar, o documento destaca que a escola busca “Uma convivência pautada na ética e nos princípios da valorização da pessoa para a construção da cidadania e consciência para a formação humana, na qual não caibam estereótipos, discriminação e preconceito, esse é o desafio maior de nossa escola” (PPP, 2022, p. 47). Destaca-se que o termo discriminação, neste contexto, se encaixa com aspecto global, não destaca as questões de raça/cor/identidade.

O documento destaca, no tópico que trata da Educação Quilombola, o seguinte pensamento:

O que se vislumbra, então, é que o processo educativo formal contemple a perspectiva de dar sentido aos conteúdos, à aprendizagem, ao conhecimento. Espera-se desse modo que crianças, adolescentes e jovens, na relação com a sua natureza histórica e cultural consigam porta-se, manter-se e situar-se dentro da sua comunidade, nos diversos níveis de ensino e principalmente, na disputa por um projeto de sociedade mais justa, fraterna e plural. Faz-se necessário dizer, também, que pensar em educação quilombola não significa o afastamento de um debate mais amplo sobre a educação da população negra de todo o país, que apresenta índices de escolaridade e alfabetização inferiores à população branca (PPP, 2022, p 25).

Através do qual é possível perceber certa compreensão da educação escolar quilombola e da necessidade de abordagem de forma mais significativa tal realidade na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e livre dos processos de racismo.

No que diz respeito a ações voltadas para valorização da identidade étnico-racial dos alunos, o Projeto Político Pedagógico destaca que

A escola local tem um trabalho totalmente voltado para a valorização dos costumes, artesanato, ou seja, do resgate de sua identidade cultural que percebemos estar se perdendo com o passar dos anos e esquecida na memória das gerações que originaram a atual (PPP, 2022, p. 27).

Ações que visam colaborar com o processo formativo dos alunos, na perspectiva de promover uma educação voltada para a promoção humana, além da formação acadêmica.

De acordo com o documento, que destaca um tópico específico para discutir a relação da escola com a comunidade, apontando a necessidade de estabelecer parcerias para o desenvolvimento integral do aluno, a partir de reuniões com a comunidade e com os pais, foram selecionados temáticas importantes para serem abordadas no contexto escolar ao longo do processo de ensino-aprendizagem, tais como: Leitura e Escrita; Violência; Gravidez Precoce; Horta Educativa; Projeto Mãe; D.S. T; Drogas; Questões Ambientais; Esporte; Higiene e Saúde; Projeto Índio; Religião e Família; Folclore; Natal; Cultural.

Percebe-se que entre os temas escolhidos para serem abordados não se destaca o racismo, identidade étnico-racial, ou outros apontamentos relacionados com a temática do negro, essa realidade nos leva a algumas reflexões importantes sobre

o motivo que levou a comunidade a não destacar essa temática que pode contribuir com a formação dos alunos para lidar com a realidade racista fora do espaço da comunidade. Qual o motivo de tal silenciamento?

Destaca-se entre as metas da escola, de acordo com o Projeto Político Pedagógico “inserir conteúdos no currículo escolar voltados para os princípios ético-raciais, valorizando a cultura local, como forma de resgate para o desenvolvimento da cidadania” (PPP, 2022, p. 57).

Destaca-se ainda o miniprojeto História, resgate e ação, apontado dentro do PPP da escola, que tem como objetivo “Promover ações a fim de resgatar a história da comunidade quilombola São José da Povoação, para que a mesma possa conhecer a sua origem, reconhecendo suas atribuições na sociedade curralinhense” (PPP, 2022, p. 63).

Compreende-se, a partir dos apontamentos destacados no Projeto Político Pedagógico da Escola São José da Povoação, que a escola está direcionada, ainda que de forma bastante tímida, para a discussão da realidade de identidade étnico racial, racismo, cultura e tradição do povo negro, bem como de outros temas que são relevantes para o processo formativo dos alunos, processos que vão além da formação acadêmico-científica.

No entanto, é importante destacar a necessidade de constatar a realidade educacional a partir do entendimento dos alunos, como veremos posteriormente, de forma a confrontar a prática que está sendo desenvolvida na escola com a proposta do Projeto Político Pedagógico.

3 EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS (NEGROS) NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: Depoimentos sobre suas experiências na escola de (de)formação

O acesso universalizado e igualitário à educação de qualidade promovida pelo Estado com o apoio da família é um direito constitucional previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. No entanto, ainda é visível a desigualdade no sistema regular de ensino, principalmente nas comunidades periféricas e nos locais de difícil acesso.

Desta forma, o negro e a negra que conseguem alcançar um grau mais elevado de estudo, tendo saído de comunidades tradicionais e contrariando as estatísticas, são considerados referência de sucesso para outros negros, pela representatividade do discurso, pelo comportamento, pelo aprendizado e pela vivência social.

Esta realidade nos motivou a apresentar as experiências de Rosália na educação e dentro da Comunidade. Não se pode romantizar as conquistas dos negros e negras quilombolas e silenciar os problemas enfrentados para ultrapassar os mais diversos desafios na sociedade racista.

No entanto, faz-se necessário dar o devido destaque à essa realidade no sentido de mostrar que é possível e de apresentar as dificuldades que encontradas que se possam pensar políticas de equidade social e promoção da igualdade, para que seja oportunizado à nova geração as condições de acesso que lhe são garantidas por direito.

Iniciamos esta análise a partir da representatividade do discurso do negro e da negra quilombola e da importância desse discurso para a pesquisa que tenta superar os desafios que lhe são interpostos, bem como, de maneira ainda mais significativa, a representatividade do discurso para as questões de resistência de um negro em uma sociedade racista e para a própria comunidade quilombola que lhe dá força para resistir e lutar.

Apesar de os sujeitos da pesquisa residirem na mesma comunidade a realidade de cada colaborador é um universo e uma experiência singular que nos mostra a

particularidade de cada um ao mesmo tempo que vemos o coletivo da comunidade representado através de seus sujeitos.

O quadro abaixo nos mostra algumas diferenças onde é possível visualizar a singularidade de cada sujeito, as diferenças de idade e as experiências de formação acadêmica proporcionadas dentro e fora da escola da comunidade. Desta forma, pode-se acompanhar com mais profundidade seus discursos que serão apresentados posteriormente.

NOME/APELIDO	IDADE	ESCOLARIDADE	RAÇA/COR	LOCAL DE ESTUDO	ATIVIDADE ECONÔMICA
ROSÁLIA		SUP. INCOMPLETO	PRETA	ESC. LOCAL E UNIVERSIDADE	DECORADORA/ARTESÃ/PROFESSORA
FERNANDA	29 ANOS	ENS. MÉDIO COMPLETO	PARDA	ESCOLA LOCAL	FARINHA E PESCA
MELCK	43 ANOS	ESPECIALISTA	NEGRA	ESC. LOCAL E UNIVERSIDADE	PROFESSOR
JOÃO	17 ANOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO.	PARDA	ESCOLA LOCAL	ESTUDANTE
PEDRO	17 ANOS	ENS. FUNDAMENTAL	PARDA	ESCOLA LOCAL	ESTUDANTE
FELIPE	17 ANOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO.	PARDA	ESCOLA LOCAL	ESTUDANTE
JAMILE	14 ANOS	ENS. FUNDAMENTAL	PRETA	ESCOLA LOCAL	ESTUDANTE
CLARICE	14 ANOS	ENS. FUNDAMENTAL	PRETA	ESCOLA LOCAL	ESTUDANTE

3.1 O discurso da Identidade

O aceso que tive à comunidade foi através de uma jovem estudante do curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará, que me foi apresentada no barco quando partíamos para a nossa primeira viagem rumo à comunidade quilombola São José da Povoação. Voz firme, aperto de mão forte, sorriso acolhedor e um discurso que sempre exalta as qualidades de sua comunidade e do povo negro, Rosália nos guiou e nos acolheu em sua residência.

Na época, Rosália estava como coordenadora do Grupo de Dança Raízes de Quilombo, um grupo composto por jovens da comunidade, que dançam carimbo, lundu e maculelê, fazendo apresentações dentro locais, na sede do Município e nas comunidades vizinhas, além de fazerem belíssimas ornamentações e sempre se disponibilizarem para contribuir com o trabalho na comunidade.

Por algumas vezes durante as visitas na comunidade, nos sentávamos para uma conversa informal, sempre na residência do Senhor Manoel Baía, meu hotel na comunidade, a sala ampla e acolhedora nos proporcionava um agradável ambiente para conversar e trocar experiências.

Estávamos em uma reunião com o Grupo de Dança Raízes de Quilombo, na sala da casa de Rosália, alguns sentados no banco encostados na parede, outros sentados no assoalho de madeira, uns de pé na janela, o pai de Rosália acompanhava tudo no vai e vem do balanço da rede, que imitava o vai e vem da maré, de ouvidos aguçados na nossa conversa, vez ou outra nos agradava com sua contribuição, enquanto Dona Nazaré, nossa anfitriã, mãe de Rosália, deitada em um banco longo fixado na parede⁶, “com os olhos na televisão que estava ligada na sala e os ouvidos atentos ao que conversávamos”.

A conversa fluía naturalmente sem muitos esforços de minha parte e de Rosália, que estudou todo o ensino básico na comunidade e atualmente é aluna do curso de Ciências Naturais na Universidade Federal do Pará, ingressando através de cotas para quilombolas, Rosália nos contava sua experiência como aluna do curso de Ciências Naturais em seu primeiro dia de aula de uma nova disciplina.

Na ocasião relatava a professora pediu que todos se apresentassem e dizendo o nome e o local de onde eram, quando chegou sua vez de se apresentar declarou sua identidade quilombola para que todos ouvissem, afirmando com orgulho suas origens. Relata ainda que na mesma sala havia uma pessoa que era de outra comunidade quilombola, vinda de outro quilombo da região e que não se declarou como quilombola ao se apresentar, apesar de haver conseguido a vaga com cota para candidato remanescente de quilombo.

Nesse momento, na nossa reunião descontraída, Rosália eleva o tom de voz, olha de maneira séria e instigante, tentando encontrar todos com o olhar, se mostra imponente e repetiu o que havia falado no momento de sua apresentação em sala de aula e declara: “Não importa onde eu estou, eu sou preta, eu sou quilombola. Eu tenho

⁶ Tipo de banco afixado com pregos diretamente na parede e na estrutura da casa com extensão de dois, três metros ou mais, dependendo das dimensões do espaço, com o objetivo de assegurar que várias pessoas fiquem sentadas no mesmo ambiente.

que me identificar assim, por que é assim que eu sou, é isso que eu sou, é essa a minha história”.

Essa fala de Rosália foi estarrecedora e renovou todo o sentido de lutar por uma educação que possa contribuir para que os alunos criem noções de sua identidade racial que combate às diversas formas de racismo.

O discurso de Rosália, revela alguém que passou dificuldade, que sofreu racismo, que ultrapassou barreiras, mas que apesar das adversidades, conquistou seu espaço e tem conhecimento de seus direitos, do quanto ainda precisa lutar e do quanto ainda precisa ser conquistado para a construção de uma sociedade mais justa. De certa forma, esse discurso reforça que aqueles que estavam ali [na sala de aula e na reunião] não deveriam ter vergonha de sua origem, de sua história, de sua cultura e de sua identidade, que em qualquer lugar deveriam se apresentar como quilombolas.

As palavras da coordenadora do grupo de dança ecoam como resistência em uma sociedade racista e machista que tenta impedir que sujeitos negros e principalmente mulheres negras sejam protagonistas de suas histórias. No entanto, ainda que as dificuldades sejam constantes, a educação formal pode ser um instrumento de transformação da realidade social e econômica de muitas vidas negras e conseqüentemente, de muitas comunidades tradicionais.

Percebe-se que ali não era qualquer pessoa que estava expondo sua opinião, mas sim, uma mulher negra, quilombola marajoara conhecedora e orgulhosa de sua identidade, de sua cultura, de sua ancestralidade.

É importante destacar que não se faz necessário que alguém lhe dê voz ou espaço, pois ela mesma declara sua força e mostra sua identidade, alguém que conquista seu espaço a cada dia através de cada técnica de um corpo negro que dança, mas que também estuda, que trabalha, que é da casa, bem como é a voz de resistência do corpo negro que presencia constantemente rostos distorcidos como sinal de um racismo silencioso, estrutural, que integra a organização econômica e política da sociedade (ALMEIDA, 2020), que se manifesta de diferentes formas em diferentes espaços sociais.

Torna-se imprescindível destacar a importância dos movimentos sociais para a construção da identidade negra. O discurso permeado de esperança, mas ao mesmo

tempo de palavras de luta, de resistência, de força, de coragem, é a representação dos movimentos que ajudaram a construir sua identidade, como a Associação da Comunidade, da qual já foi representante e os mais diversos encontros de quilombo dos quais já participou.

Desta forma, entende-se que a construção de uma identidade étnico-racial está para além de uma educação formal de qualidade. A educação formal é um dos elementos fundamentais dentro desse processo, porém, não é o único.

Percebe-se que o espaço conquistado no discurso é um espaço de liderança resultante de um processo educacional que ultrapassa os limites de uma educação colonizadora e aponta para uma proposta de formação de sujeitos críticos da sua realidade social.

Desta forma, quando nossa interlocutora fala, ela traz consigo a representatividade de um quilombo, ela revela a força de uma mulher negra, a resistência de um grupo social no tempo e no espaço na luta contra um sistema racista. Quando Rosália se expressa e se impõe como negra quilombola representa em sua fala e em sua posição social toda sua construção social como pertencente a um grupo do qual se orgulha, ela traz consigo a construção do sujeito que valoriza sua ancestralidade, conhece seu passado e luta por um futuro em que não seja necessário encarar rostos distorcidos ao se apresentar como quilombola, onde o racismo não seja uma realidade cruel de uma dor que só é sentida pelo corpo negro.

Dentro deste contexto a educação tem papel fundamental, mas é possível perceber que os movimentos sociais, as lutas do movimento negro das quais tem participado é predominante em seu discurso.

3.2 A dor do racismo

Não podemos estabelecer parâmetros comparativos, mas podemos ter referências de discursos onde é possível perceber a valorização de uma educação formal de qualidade, da força do movimento negro e as lacunas que o processo de escravização de seres humanos deixou na história do povo negro, tanto no aspecto social, quanto no aspecto econômico e na vida pessoal dos negros e negras que ainda sofrem a dor do racismo.

Como é possível perceber no discurso de Fernanda (nome fictício), que tem 29 anos, vive em união estável, tem filhos, dona de casa, pesca, trabalha na produção de farinha juntamente com o esposo, estudou até o ensino médio na escola da comunidade e até o momento não iniciou um curso complementar ou um curso de graduação, no período da entrevista (ano de 2021) desenvolvia algumas atividades na escola e recebia mensalmente o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a renda mensal da família era por volta de R\$ 900,00 (novecentos reais), sendo complementada esporadicamente com a venda da farinha produzida pela família.

Fernanda nos informa que a atual estrutura da escola foi construída no ano de 2005, quando ela começou a estudar a escola era em um espaço pequeno que ficava localizada próximo ao posto de saúde da comunidade.

Um salão onde ficavam todos os alunos juntos, estudando no sistema multisseriado. Logo depois, a escola passou a funcionar em um salão comunitário e os alunos já ficavam separados, mas não havia parede para separar as turmas, em outro período o salão foi dividido e os alunos ficaram completamente separados de acordo com o nível de ensino. Só em 2005 que foi construído o novo prédio da escola, com a estrutura básica para o ensino, salas de aula, coordenação, refeitório, secretaria, sala de direção, cozinha.

A escola tem professores formados que são de dentro da própria comunidade, mas há aqueles que trabalham algumas disciplinas específicas que precisam ser contratados de outras localidades. Fernanda acredita que os professores que vem de fora para trabalhar na comunidade precisam se entrosar mais com a realidade local. Pois, quando ela estudava os professores chegavam na escola repassavam o conteúdo e iam embora, pouco discutiam sobre a realidade da comunidade, a história e outros aspectos.

Ao ser questionada sobre a escola abordar racismo no conteúdo e nas aulas, Fernanda diz que a escola não discute o suficiente, que deveria ser realizado mais eventos, como palestras para ensinar os alunos e as próprias pessoas da comunidade que precisam compreender essa realidade.

“infelizmente a escola ainda não faz tudo que deveria fazer, do jeito que tá a situação hoje no mundo, a gente ver bastante negro morrendo, sendo assassinados, sem ter nem porque, e não são desvendados esses mistérios, eu acho que um ponto principal era levar isso pra dentro da sala de aula pra ser discutido” (FERNANDA, 2021).

O entendimento que Fernanda tem a respeito da necessidade de a educação formal discutir na sala de aula a problemática do extermínio do povo negro na atual sociedade racista é um sinal gritante do quanto ainda temos uma educação colonizada e reprodutora do racismo.

Apesar de haver exceções entre os alunos que conseguem se destacar e perceber de forma diferenciada a realidade de racismo na sociedade, criando sua própria identidade étnico-racial, ainda há muito a ser trabalhado para que seja possível a construção de uma educação voltada para o combate ao racismo evitando que ele seja reproduzido no material didático e no dia-a-dia da escola.

Neste sentido, considerando que Fernanda não continuou os estudos, tendo parado no ensino médio, mas ela percebe que muitos negros são assassinados em função do preconceito e da discriminação e que essa problemática necessita ser discutida na escola, no processo de educação formal.

A escola tem como alternativa de abordagem a temática do assassinato de negros na sala de aula como uma vertente para a abordagem do racismo, destacando o contexto histórico da comunidade e a realidade política que vivemos no momento, abordando todo o aparato legal que temos e intelectual que temos para a discussão dessa realidade social.

De acordo com o entendimento de Fernanda, a escola discute pouco sobre o racismo e precisa aprofundar essa discussão para que os alunos fiquem preparados para enfrentar a realidade da sociedade racista em que vivemos. Desta forma, o papel da escola no combate ao racismo e na formação da identidade dos sujeitos dentro da comunidade é fundamental.

Ao ser questionada se a escola discutia sobre o racismo quando ela estava estudando ela afirma: *“No meu tempo não se falava disso (do racismo), o professor vinha dava o assunto e era só isso mesmo”*. Ou seja, a carência que Fernanda apresenta atualmente em relação à compreensão do processo do racismo na sociedade pode ser um reflexo da ausência dessa discussão no período em que passou pela educação formal.

Os dados indicam que a escola deixa uma lacuna no processo formativo dos alunos no sentido da compreensão de sua própria condição histórica e social, bem como na construção de sua identidade étnico-racial como jovem quilombola em uma sociedade racista.

Torna-se evidente a necessidade de formação dos professores para que seja possível discutir o conteúdo a partir da realidade da comunidade. Pois a carência de formação continuada dos professores, reflete diretamente de forma negativa no processo de construção do conhecimento do aluno.

Neste contexto de sócio-político que presenciamos, a educação formal assumir o seu papel social de formação para promover a compreensão do papel do negro ao longo da história do Brasil, principalmente dentro das comunidades tradicionais, é de grande relevância para o combate ao preconceito gerado pelo racismo.

Munanga (2005, p. 15) apresenta contribuição significativa em relação a essa temática afirmando que

alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.

Assim, não basta que a legislação aponte para algumas abordagens que contemple a história e cultura do povo negro, faz-se necessário que os profissionais da educação, inclui-se técnicos e pessoal de apoio, tenha processo formativo que possa desconstruir neles o preconceito introjetados ao longo de sua vida pessoal e profissional.

Quando questionamos Fernanda em relação aos eventos que a escola promoveu, antes da pandemia, Fernanda afirma que *“a escola fazia eventos sim, que falavam sobre doença sexual, violência e **as vezes sobre o racismo**, passavam uns vídeos e depois explicavam. Mas era só era aquele período lá, depois acabava, eu achava que deveria permanecer todo tempo”*.

É importante destacar que temas de grande relevância social, como o racismo, não podem se resumir a eventos esporádicos promovidos pela escola. É fundamental que os profissionais da educação busquem elementos para integrar esses conteúdos às discussões do cotidiano escolar. Fazendo com que o aluno perceba a presença do racismo nas diferentes estruturas do sistema de ensino e do sistema social.

O pedido de Fernanda para que as discussões sobre o racismo se prolonguem no ambiente escolar apresenta-se como um reflexo das lacunas que a educação formal deixou em seu processo formativo, bem como reflexo da carência de preparação dos profissionais que a acompanharam dentro da escola.

Assim, compreende-se que as discussões que englobam os mais diversos problemas sociais, destacando a questão do racismo, devem ter abordagem constante no cotidiano escolar. Não podendo se resumir a abordagens esporádicas em eventos ou encontros promovidos pela escola, mas sim, integrar o dia-a-dia dos alunos, fazendo assim uma discussão permanente dessas temáticas.

Continuando a conversa com Fernanda, ela nos relata com voz trêmula e lágrimas nos olhos, a dor de ter sido vítima de racismo. No entanto, por questões pessoais, pediu que não fosse apresentado a situação em detalhes.

Ao longo do desabafo de Fernanda, uma frase nos chama a atenção e merece destaque. A declaração resume a necessidade que o povo negro tem de aprender sobre seus direitos e o papel da escola dentro desse contexto quando ela destaca que *“se a escola tivesse discutido mais sobre o racismo eu não tinha passado por tudo isso, eu já ia conhecer e saber o meu direito”*.

A dor do racismo só é experimentada pela pele negra e só pode ser descrita por quem a experimentou, mas as lágrimas de Fernanda apontam muito mais que um caso de racismo. As lágrimas de Fernanda apontam para a falha de uma sociedade que escravizou seres humanos sem nunca ter lhes oportunizado condições sociais, econômicas e, principalmente, condições humanas para serem inseridos na sociedade após o processo de escravização, deixando-os à margem da sociedade, realidade que ainda reflete na vida de nossos jovens negros.

Nesta perspectiva, percebe-se a lacuna que a educação formal deixa no sentido contribuir para a formação da identidade étnico-racial dos alunos e formá-los para a sociedade, de forma que o aluno tenha conhecimento dos seus direitos, tenha

conhecimento da história de seu povo e da relevância social para a construção da sociedade.

A contribuição que a educação faz para a formação da identidade étnico-racial do aluno, principalmente dentro das comunidades tradicionais, torna-se imprescindível para o respeito às diferenças.

É importante considerar que a educação formal, através dos livros didáticos e outros materiais pedagógicos, encontra-se recheada de conteúdo preconceituoso e racista, principalmente em relação aos povos afro-brasileiros e indígenas.

os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (SILVA, 2005, p. 21).

Contribuir para a desconstrução desses estereótipos preconceituosos deve ser uma das principais pautas da educação formal no sentido de possibilitar que o negro também se veja no material pedagógico. O poder subjetivo da opressão e do racismo presente no livro didático ao representar a figura do negro sempre em condição de submissão enquanto que o branco se apresenta com poder e riquezas ultrapassa o contexto escolar e se reproduz na sociedade racista que ainda vivemos.

Levar a identidade cultural da comunidade e do povo negro para outros espaços e tornar a sua história, seus costumes, tradições e crenças conhecidos é significativo para que se possa criar ambientes de respeito. Fazendo com que o racismo venha ser combatido nos mais diversos espaços, considerando principalmente as instituições que atuam dentro das comunidades tradicionais e as instituições de ensino.

Fernanda afirma que se as pessoas conhecessem a história, a importância do povo negro e a beleza de sua cultura, o tratamento seria diferente. Segundo ela, algumas pessoas até negam que são quilombolas e tem preconceito contra seu próprio povo, havendo casos de racismo dentro da própria comunidade.

Neste sentido, Silva (2005, p. 22) destaca que

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações.

O conhecimento histórico sobre o papel do negro na construção do país, em relação à condição de resistência que o quilombo representa, no que diz respeito à organização social do quilombo, destaca-se, o papel fundamental da educação na desconstrução de estereótipos e na construção do conhecimento das diferentes culturas que moldam a identidade nacional.

Desta forma, torna-se possível desenvolver nos nossos jovens sua própria identidade, baseado no respeito e no conhecimento histórico da contribuição de seu povo para a construção do país.

Uma nova colaboradora, que também optou por usar nome fictício, a quem chamaremos de Maria Alice, com treze anos de idade, aluna da escola da comunidade desde o início dos seus estudos, cursando o sétimo ano do ensino fundamental, divide seu tempo entre as atividades da escola, os ensaios do grupo de dança Raízes de Quilombo e ajuda a família nas atividades esporádicas de produção de farinha.

Maria Alice mora com os pais na comunidade, entre suas experiências fora da comunidade ela destaca algumas viagens para a cidade de Curralinho e poucas viagens para a cidade de Breves, a casa em que Maria Alice reside com a família é de madeira e dividida em três cômodos, uma pequena sala, um quarto e uma cozinha. Sem móveis, sem pintura, porém bastante acolhedora e aconchegante.

A colaboradora acredita que a escola é boa, em relação a estrutura, no entanto, destaca que algumas salas estão sem ventiladores e outros estão quebrados. Maria Alice gosta mais da aula de Educação Física, *“era mais divertido”*, quando vão para a área do Campo jogam futebol e faziam outros exercícios.

Ela nos informa que a maioria dos professores são contratados de fora da comunidade. Segundo nossa colaboradora esses profissionais que são de outras localidades são *“legais”*.

Ao ser questionada sobre a história da comunidade se estudada como conteúdo na escola, Maria Alice informa que é difícil abordarem essa temática em sala de aula, lembra que foi trabalhado apenas uma vez, na disciplina de história, não se recordando qual foi o ano e não soube detalhar como o conteúdo foi abordado. Destaca que se lembra de pouca coisa do que foi falado pelo professor de história e que os outros professores *“não falam disso aí”*.

Ao ser questionada se os professores abordam a temática do racismo na sala de aula, Maria Alice informa que não lembra se algum dia isso já foi discutido, *“os professores não costumam trabalhar isso na sala”*.

Desta forma, percebe-se a necessidade de destacar a lacuna que a escola deixa no processo formativo, tanto para a formação em relação ao conteúdo programático da educação formal, quanto no que diz respeito ao processo formativo de identidade de jovens quilombolas em uma sociedade racista.

No entanto, questiona-se se os professores que são encaminhados para trabalhar as diferentes disciplinas na escola, recebem algum processo formativo antes de atuarem na comunidade, considerando que, de acordo com Silva (2005), é preciso desconstruir o racismo arraigado nas estruturas da educação formal, porém, para que se possa entender, respeitar e integrar, faz-se necessário conhecer a realidade da comunidade em todos os aspectos.

Destaca-se ainda a necessidade de haver sensibilidade por parte dos profissionais para perceber os processos de discriminação nas estruturas da educação formal, como o livro didático, por exemplo. Desta forma, torna-se possível a promoção de mudanças e novos paradigmas.

É imprescindível destacar a importância de a escola discutir abordagens como a história da comunidade, racismo, a falsa abolição da escravidão e outros processos relacionados ao povo negro. A formação da identidade étnico-racial do(a) estudante pode ficar comprometida, uma vez que há um desenvolvimento, ainda que limitado, sem o devido conhecimento de sua própria história. Assim, questiona-se, como desenvolver sua identidade sem conhecer a própria história?

A escola, através da educação formal, questionando essa realidade e estabelecendo novas formas de pensar a identidade dos(as) alunos(as), tem papel fundamental na mudança desses paradigmas, contribuindo para que os(as)

estudantes conheçam sua realidade e conseqüentemente, desenvolvam de fato uma identidade étnico-racial.

Glória Moura (2005, p. 69) considera “um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer”, neste caso, não somente como brasileiro, mas também como negro, remanescente de quilombo, que tenha orgulho de sua história e de sua identidade.

Maria Alice afirma não ter percebido tratamento diferenciado por se identificar como quilombola. Segundo ela, nunca sofreu racismo. No entanto, não soube informar uma definição de racismo, não lembrou de nenhum exemplo de racismo e não se recorda do assunto quando estudou esse tema na escola.

Desta forma, é possível que Maria Alice já tenha sido vítima de racismo. No entanto, não tenha os elementos, base teórica e/o conhecimento de causa para identificar este processo.

Considerando essa realidade, pode-se afirmar que muitos outros moradores tenham passado por situações de racismo e tenham normalizado esse comportamento em função de não ter os elementos para identificar e denunciar a situação.

Maria Alice acredita que o racismo não é algo bom, que deveria ser mais discutido na escola. Também acredita que os professores têm formação pra discutir essa temática na sala de aula e que se fosse discutido com mais frequência haveria maior participação dos alunos.

Ao ser questionada sobre ter condições para lidar com situações que envolvem o racismo, Maria Alice afirmou não se sentir preparada, *“acho que deveria saber mais, estudar mais, me preparar mais, me informar mais sobre as coisas”*.

Considerando que nossa colaboradora declarou que suas viagens se resumem a deslocamento entre a comunidade e sede do município, a escola torna-se um dos poucos espaços onde pode haver um aprendizado que venha a contribuir com o processo de formação da identidade étnico racial dos moradores que tem pouco acesso a outros espaços.

No tocante a esta realidade, Silva (2005 p. 22/23) destaca que:

O livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares.

Para as crianças empobrecidas, esse livro ainda é, talvez, o único recurso de leitura na sua casa, onde não se compram jornais e revistas.

Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas de aula repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supra as suas dificuldades pedagógicas.

Por outro lado, em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor.

Desta forma, quando não há uma análise crítica do material didático ou esta é limitada, a escola acaba contribuindo de maneira negativa para perpetuar estereótipos que reforçam a imagem deturpada do negro representada no livro didático, na escola e na sociedade.

Maria Alice, declara que não conhece muito a história da comunidade, afirma que já estudou alguma coisa sobre quilombo, mas, segundo ela, lembra bem pouco, em função de *“eles [os professores] terem falado pouco sobre isso”* na escola.

A confiança que se tem depositada na escola como instituição social responsável por produzir conhecimento e promover o contato dos alunos com o saber científico é grande. Essa confiança, e de certa forma, esperança, em ter contato com o mundo dos saberes fica evidente no discurso de Maria Alice quando aponta os motivos pelos quais acredita ser importante abordar o contexto histórico do quilombo e da formação da comunidade dentro do conteúdo da educação formal.

Nossa colaboradora afirma que *“Nós somos do quilombo né, nós precisamos conhecer mais as coisas, então eles sabem mais, eu acho, um pouco eles deveriam ensinar pra nós, mais um pouco pra gente andar bem informado.”* Essa afirmação pode ser entendida também como um pedido de socorro de uma jovem que tem dificuldade de acessar outras fontes de informação e atribui somente à escola a responsabilidade formativa.

Retornando a Silva (2005) a escola se constitui em um dos poucos espaços de acesso ao conhecimento científico para muitos sujeitos com diferentes limitações

sociais, principalmente limitações econômicas, que dificultam o deslocamento para busca de novos espaços formativos.

Nesta perspectiva, faz-se necessário estabelecer uma reflexão em relação ao papel formativo da educação formal dentro das comunidades tradicionais. Pois, considera-se fundamental, não somente a formação acadêmica, mas também elementos que possam contribuir para a formação social dos sujeitos, de forma que possam ser sujeitos de direitos, ocupando os espaços sociais que lhe são garantidos e cientes daqueles que ainda precisa ser conquistado.

Ao ser questionada sobre qual pensamento emerge quando escuta falar sobre racismo Maria Alice afirma que *“acho que preconceito não é uma coisa boa né, pra pessoas, por que nenhuma pessoa gostaria de ser preconceituoso, por exemplo, se fosse comigo eu não ia me sentir bem se fosse, assim, sofrer racismo por outra pessoa, eu não iria gostar”*.

Compreende-se que nossa colaboradora talvez não tenha tido contato com definições acadêmicas de racismo, preconceito ou outros termos que muitos estudiosos usam. No entanto, ela destaca que não se sentiria bem se fosse vítima de racismo, nos levando a compreender que a dor do racismo ultrapassa os limites de termos técnicos e entranha-se na pele, no cabelo, na história, na identidade do povo negro.

Ao ser instigada um pouco mais sobre a história da comunidade e do povo negro Maria Alice afirma que *“Sobre quilombo, essas coisas, eles já falaram com alguns alunos, mas eu não tive acesso ainda [...] só do 8º ano pra cima”* nos levando a refletir em relação ao conteúdo da Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003, em seu artigo 1º § 2º, onde afirma que *“Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar”*, não limitando a abordagem do conteúdo a um ano escolar ou disciplina específica.

Maria Alice acredita que o direcionamento da escola deveria ser diferente, que tal abordagem deveria ser para todos os alunos, *“por que desde pequeno o aluno tem que ter conhecimento das coisas”*.

Desta forma, destacamos que as abordagens que se refere à condição do negro na sociedade, a contribuição para a construção do país, a formação dos quilombos como símbolos de resistência e luta contra o processo de escravidão,

necessitam ser abordados nos diferentes níveis de ensino, adequando o conteúdo ao estágio formativo do aluno, contribuindo para o conhecimento histórico e para a formação da identidade do jovem negro, dentro e fora das comunidades tradicionais.

As aulas estavam suspensas no período da entrevista em função da pandemia do corona vírus, os alunos recebiam as atividades em casa, com um tempo para resolver, logo depois os professores passavam para recolher o material. Maria Alice afirma que até o momento da entrevista o material que recebeu não referêcia ao tema que estávamos abordando na entrevista, “só o *conteúdo normal*”.

No momento em que Maria Alice destaca que a escola abordou em seu material didático apenas o “conteúdo normal”, ou seja, o conteúdo programático que não aborda as questões de negritude, de identidade, de quilombo e até mesmo os aspectos históricos da própria comunidade, percebe-se a lacuna no processo formativo da educação que complementa a fala de Fernanda, no discurso anterior, quando afirma que se a escola tivesse discutido mais sobre a temática, talvez ela não tivesse experimentado a dor do racismo.

Destacamos ainda a necessidade de naturalizar o negro estudar sua história. A partir do discurso de Maria Alice, entendemos que a escola abordar outros assuntos do livro didático ou do conteúdo programático “é normal”. No entanto, o que deveria ser considerado normal para Maria Alice, a partir das abordagens da educação formal, seria o conhecimento de sua história, da história de sua comunidade, de seu povo.

Percebe-se que a escola aborda a temática do racismo, da identidade étnico-racial e até mesmo o processo de constituição da comunidade de forma tão esporádica, a ponto de os alunos não considerarem o conteúdo como parte de seu processo formativo cotidiano.

Nossa colaboradora relata que a escola faz alguns eventos, que as vezes acontece um processo de intercambio entre as escolas próximas à comunidade onde os alunos se deslocam para fazer apresentações de trabalhos em outras escolas. Houve um evento que abordou a temática do negro, desenvolvido no próprio espaço da comunidade, e o discurso de Maria Alice diz:

“aprendi sobre respeito com as pessoas, eu aprendi muitas das coisas que eu não tinha conhecimento, sobre o respeito com as pessoas, como a gente

deve tratar as pessoas, [...] sobre gente quilombola, como as pessoas deve tratar a gente também”.

Nesta perspectiva, nossa colaboradora aponta para a importância de a temática da identidade, do racismo, do preconceito, ultrapassarem as barreiras da sala de aula e se tornarem temas de debates mais abertos para a comunidade de forma que a participação, o aprendizado e a troca de experiências seja uma realidade.

Maria Alice acredita que a escola deveria promover no mínimo dois eventos dessa natureza ao longo do ano, afirmando os benefícios que essas abordagens trazem para os alunos e para a comunidade. “Acho que ia ter mais conhecimentos, por que alguns alunos ainda não têm. Alguns alunos da nossa escola têm bem pouco conhecimento sobre isso”.

Os eventos deveriam ter participação de pessoas visitantes. Pois, como afirma Maria Alice “cada um sabe um pouco e poderiam falar mais”, contribuindo assim com o desenvolvimento do processo educacional da comunidade, com o processo formativo dos alunos e com a própria identidade dos moradores locais através do conhecimento acadêmico e experiência de vida sobre diferentes aspectos da condição do negro na sociedade brasileira.

Desta forma, entende-se a necessidade de convergência entre as atividades da escola, as ações da comunidade e as programações da Associação como entidade social constituída, promovendo experiências que possam ultrapassar os limites da escola formal, a interação social entre os diferentes sujeitos e os diversos aspectos de negritude, dentro e fora da comunidade.

3.3 “Negra é minha raça Preta é minha cor”

O novo colaborador chama-se Melquezedeqe de Jesus Carvalho, conhecido na comunidade pelo apelido de Melk, professor de Língua Portuguesa antes mesmo de sua formação acadêmica, formado em Letras – Língua Portuguesa, atua como professor na escola da comunidade desde os 23 anos de idade, formado pela escola local até a quarta série, depois se deslocou para a sede do município para continuar os estudos, pois a comunidade só ofertava até este nível.

O pai de Melk também foi professor na comunidade, porém, devido sua limitação de formação acadêmica, sua atuação na escola foi somente até o ano de 2002, ano em que nosso colaborador começa a atuar, substituindo seu pai e continuando o processo formativo ao mesmo tempo que atuava como professor.

Quando nosso colaborador era aluno a escola funcionava no salão de festas da comunidade, em turmas do sistema multisseriado, em seguida houve a nucleação, juntado três escolas em um único espaço, sendo feito paredes para dividir o salão em quatro salas menores para atender até a quarta série e pouco tempo depois criando mais um espaço para atender a quinta série.

Melk relata a dificuldade que os professores tinham para poder desenvolver suas atividades, “era muito trabalhoso pro professor, tinham que se virar nos trinta, tinha que dividir o quadro pra uma série e o outro lado pra outra série, era meio complicado, era tudo misturado”.

O espaço de funcionamento da escola continuou sendo no salão de festas da comunidade, sendo construído o prédio novo da escola apenas no ano de 2005. Confirmando a informação dos demais colaboradores.

Percebe-se nos discursos dos colaboradores, a mudança na estrutura física, porém, questiona-se as mudanças que ocorreram na dinâmica pedagógica, no planejamento, no processo de ensino e aprendizagem e principalmente na implementação de discussões sobre a educação escolar quilombola, o combate ao racismo e a identidade da comunidade e dos alunos como remanescentes de quilombo.

Melk não se recorda o ano, porém, no dia da raça foi realizado um evento na comunidade que tratou sobre as questões de negritude “veio um pessoal de curralinho, várias autoridades vieram, foi um evento muito grande, muito bonito”. A escola não realiza esses eventos todos os anos. No entanto, em outros eventos a escola procura apresentar elementos da cultura negra.

Nosso colaborador relata que no dia 7 de setembro “quando tem o desfile lá (na cidade de Curralinho) sempre sai um pelotão representando os negros, a cultura negra no caso, tudo caracterizado de quilombola mesmo, como os negros daquela época, tudo fantasiado, com faixas, muito bonito”. Normalmente essa participação é

representada por dez a quinze pessoas escolhidas entre os mais idosos da comunidade.

Neste sentido, torna-se ainda mais necessário questionar o papel da escola na reprodução da cultura negra apenas como símbolo e representação histórica da riqueza do quilombo no Brasil. Percebe-se que o colaborador informa que os moradores da comunidade vão “fantasiados” para a participação nas manifestações cívicas do dia 7 de setembro, em alusão à independência do Brasil.

Porém, destaca-se que não é possível se fantasiar daquilo que você já é, daquilo que você já representa. É possível a identificação como remanescente de quilombo em determinados aspectos legais e até alguns elementos culturais, no entanto, é possível considerar que alguns moradores acreditam na condição de quilombola apenas quando estão munidos de ornamentos característicos da cultura negra.

Considerando este contexto, faz-se necessário destacar que o ser quilombola não é somente a pessoa que está vestido com ornamentos que o destacam dos outros. Como afirma Leite (1999), ninguém traz uma placa afirmando ser de alguma comunidade específica, ser quilombola é aquilo que está na sua essência, na sua identidade.

Perceber que a sociedade e a própria comunidade entendem que o quilombo se representa através de quilombolas “fantasiados” é a representação de uma lacuna indescritível no processo educacional que tem como finalidade o estudo e as discussões do processo de formação histórica. Percebe-se neste processo os resultados de uma educação eurocêntrica, racista desde o planejamento até a execução, passando pelo material didático, pela infraestrutura e pelo acompanhamento pedagógico.

É importante destacar que os símbolos são elementos de grande relevância para a comunidade, elementos estes que não jamais devem ser silenciados. No entanto, entende-se que a identidade quilombola não deve se resumir à representatividade dos símbolos.

Destaca-se a necessidade de a comunidade, a escola principalmente, se apropriar de momentos dessa natureza, como as representações de datas sociais relevantes, para ressignificar a educação da sociedade, inclusive da própria

comunidade, no sentido de criar discussões alternativas sobre o papel do negro nos diferentes acontecimentos históricos e as mudanças sociais promovidas nas comunidades através dos diferentes instrumentos como as redes sociais, os meios de comunicação e a própria escola como instituição representativa do poder do Estado.

No período da pandemia esses eventos e a participação da comunidade foram suspensos, aguarda-se o retorno das atividades presenciais para se pensar novas realidades a partir do contexto pós-pandemia.

Dentro da disciplina de Língua Portuguesa, trabalhada pelo professor Melk, ele afirma trabalhar questões voltadas para o combate ao racismo e para a identidade quilombola dos alunos, “principalmente o vocabulário”, destaca ele.

Algumas palavras que a gente procura assim com os mais antigos, a gente vai e trabalha com dicionários, porque as vezes a forma como eles pronunciam é meio distorcida, mas que não deixa de ter o seu significado, né. Aí a gente procura essa história pra colocar a forma como eles pronunciavam determinadas palavras, fazendo a comparação como eles (os alunos) falam hoje, a gente faz essa comparação aí, é bem legal. (PROFESSOR MELK, 2021)

O resgate de expressões antigas, a análise do vocabulário e a reflexão dentro da escola pode ser instrumento importante para pensar as influências externas, principalmente das redes sociais e outros meios de comunicação, em relação às alterações das expressões cotidianas, fazendo com que os alunos reflitam esse processo histórico, conheçam e se reconheçam através de suas expressões.

Destaca-se ainda ser de relevância significativa o registro acadêmico dessas expressões, do vocabulário popular, das formas utilizadas pelos idosos para se comunicar, pois são elementos que compõem a identidade da comunidade e consequentemente integra a identidade dos alunos, a partir do momento que estes têm acesso a esse material de forma sistematizada, criando sensibilidade e relatando a importância disso para a história e para o futuro da comunidade.

Como o professor Melk destaca “infelizmente estamos perdendo nossos velhinhos, aí com eles vai parte da história” e da identidade da comunidade, onde percebe-se que muitos jovens demonstram pouco interesse em conhecer a trajetória da comunidade, bem como, a escola pouco trabalha esses aspectos no decorrer das atividades pedagógicas.

Desta forma, destaca-se a necessidade de oportunizar aos idosos espaços para relatos de experiências, vivências e lutas para que os jovens possam conhecer essa realidade e começar a moldar sua própria identidade através das experiências da comunidade e de uma educação escolar quilombola de fato, e não somente através do conteúdo programático eurocêntrico historicamente presente no livro didático.

Conversando sobre os métodos que o Professor Melk utiliza para trabalhar a história da comunidade na sala de aula e assim contribuir para a formação da identidade dos alunos, temos o seguinte relato:

Teve um ano que eu trabalhei com livrinho, a gente confeccionou na aula de artes, eles (os alunos) iam pesquisar as lendas daqui da localidade e a gente transformava num livrinho, entendeu? Aí fez tudinho a ilustração e foi muito bacana, infelizmente não sei o que aconteceu que sumiu daí da biblioteca, as lendas a gente transformou elas em livros, livretos. (PROFESSOR MELK, 2021).

Essas estratégias metodológicas são importantes para se trabalhar os mais diversos conteúdos sem se distanciar dos elementos que contribuem para o desenvolvimento da identidade da comunidade e conseqüentemente corrobora para moldar a identidade dos alunos.

Instrumentos pedagógicos e metodológicos que podem ser adaptados para trabalhar outras disciplinas e outros conteúdos que precisam ser abordados, sendo discutidos a partir da realidade da comunidade, tendo como centro de discussão o cotidiano dos alunos e comparando com a realidade do livro didático e a experiência dos mais idosos.

Conversando sobre o processo de formação continuada dos professores, nosso colaborador destaca que algumas vezes há formação disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, destacando uma formação que fora realizada na comunidade, tendo participação de técnicos da Secretaria, abrindo um parêntese para destacar que os professores de história sempre buscam trabalhar a história local, porém, não informou os métodos utilizados nem a frequência com que o conteúdo é trabalhado pelos colegas.

Em relação à abordagem da discussão sobre identidade quilombola, sobre combate ao racismo e outros temas relacionados o Professor Melk destaca que “na

verdade o tema quilombola tem sido tratado mais dos últimos três anos pra cá, porque o próprio currículo exige, o nosso plano tem que ser adaptado com a nossa realidade aqui. Aí agora que tá sendo trabalhado assim de forma mais direta”.

Neste sentido, percebe-se uma inclinação da escola por adaptar os conteúdos em função de uma exigência de adaptação de currículo, tendo em vista as questões de legislação vigente. No entanto, entende-se que este movimento deveria ser ao inverso, a legislação deveria mudar para atender às exigências da escola e da comunidade.

Segundo o Professor, o Projeto Político Pedagógico da escola já contempla as leis para trabalhar a educação escolar quilombola e outras que buscam a promoção da identidade negro dentro do quilombo. No entanto, em função da pandemia a escola está encontrando dificuldades para efetivar o conteúdo.

Apesar de a escola ter abertura para discutir muitos conteúdos relacionados a identidade negra, à educação escolar quilombola e outros temas relacionados, percebe-se que muita coisa ainda se resume à promoção de eventos, como destaca nosso colaborador ao afirmar que “Nós realizamos aí umas feiras culturais tudo focado em cima da realidade do quilombola”.

Os eventos promovidos pela escola são de grande relevância social, pois ultrapassam os limites da sala de aula e se interligam com a comunidade, estabelecendo uma relação saudável entre a escola, como instituição e a comunidade que a acolhe.

No entanto, alguns temas não devem ter sua abordagem limitada a eventos esporádicos, devem ser abordadas no cotidiano escolar em função da grande relevância do conteúdo e da contribuição para o desenvolvimento pessoal e educacional dos alunos.

A realização de eventos consegue alcançar uma parcela significativa de alunos, no entanto, sabe-se que a abordagem de alguns conteúdos em sala de aula torna-se mais eficiente tendo em vista a possibilidade de atingir um número maior de sujeitos e promover uma discussão mais aprofundada devido ao ambiente da sala de aula.

Professor Melk além também é músico, cantor e compositor, chegou a ser vocalista de uma banda no município de Curralinho e atualmente canta apenas em

alguns eventos particulares. Entre suas composições, destaca um carimbó que exalta a cultura negra quilombola e nos presenteia com alguns versos de dois carimbós que tratam da realidade local, no entanto, por se tratar de canção inédita não foi possível conseguir a letra na íntegra.

A primeira canção traz o seguinte refrão:

Negra é minha raça

Preta é minha cor

Sou afrodescendente

Tenho orgulho do que sou

E a segunda reflete a vida do ribeirinho marajoara, que também é uma realidade da comunidade, tendo em vista que esta se localiza às margens de um rio na Ilha de Marajó, destacando a identidade e o cotidiano do ribeirinho e a própria rotina do quilombola de sua comunidade que acorda cedo, que faz farinha, que batalha todos os dias pelo seu sustento através da pesca do peixe, do camarão, que faz do açaí sua fonte de renda e de alimentação.

Vivendo lembranças nas mentes perdidas dos tempos passados

Nas margens dos rios

Do Marajó

A vida de um ribeirinho é feliz

Mas são tantas as dificuldades aqui

No Marajó

A rotina do dia-a-dia começa

É só o galo cantar

Maria pula pra cozinha

Prepara o café do João

Ao lado a cuia com farinha

Pra fazer a primeira refeição

*João a caminho da roça
Inchada e panela na mão
Acorda Chiquinho acorda
Vamos fazer a plantação
Êêê camarão açaí êê
É comida daqui êê
Prato do meu povo...*

As músicas não trazem somente o ritmo dançante do carimbó, mas, apresenta a realidade do cotidiano dos moradores da comunidade ribeirinha, refletindo o orgulho que o compositor tem de fazer parte dessa realidade, percebe-se nos versos, a identidade ribeirinha quilombola representada nas palavras do compositor.

No entanto, faz-se necessário destacar a trajetória e a experiência de vida do nosso colaborador, vivenciando realidades que ultrapassam os limites da comunidade, em relações sociais que lhe conferem uma identidade e orgulho de ser quilombola.

Sua trajetória começa na comunidade, passando pela escola local, trocando experiência com outros moradores, compartilhando a realidade da população quilombola. No entanto, sua experiência não se limita a essa realidade, em função da necessidade de deixar a comunidade para estudar, o Professor Melk teve oportunidade de viver experiências que provavelmente não teria se tivesse com o nível de formação ofertado pela escola da comunidade.

Desta forma, não se aponta neste discurso a negatividade da identidade dos colaboradores que não tiveram a oportunidade de estudar fora da escola local, mas sim, destaca-se a mudança de discurso daqueles que viveram experiências diferentes.

Ao ser questionado sobre trabalhar suas composições na escola, o nosso colaborador afirma que não costuma trabalhar suas músicas, porém, busca trabalhar bastante poesia e composição de paródias, partindo da análise de outras músicas,

“tem muitas músicas boas aí que trazem uma mensagem legal”, e que são usadas na sala de aula para reflexão dos alunos.

Foi questionado ao Professor Melk se já foi tratado de maneira diferenciada, discriminado ou se já percebeu algum tipo de preconceito pelo fato de ser quilombola e ele destaca que

sempre existe né, a gente passa por situações, assim, minha pele não é tão escura, como se pode ver, mas se você olhar pra minha avó, o meu avô era cearense, tinha a pele clara, mas a minha avó era super negra mesmo. Aí a nossa família saiu assim nessa mistura e eu passei por uma situação quando cheguei em Curralinho quando eu fui daqui, eu sempre gostei do futebol, aí no tempo eu era meio arisco né, aí eu fui treinar num time profissional lá de Curralinho aí tinha um rapaz que a gente disputava a mesma vaga e eu sofri muito *bullying* na mão dele, ele chamava um monte de coisa pra mim, eu tive até que chamar o treinador, participei pra ele, aí ele tomou umas providências lá, mas sempre que ele me encontrava na rua ele ficava me chamando de muitas coisas lá, mas isso a gente não ligava, são coisas que acontece.

Esse discurso do nosso colaborador é uma fala muito complexa, pois silencia o processo de racismo sofrido por ele, reduzindo a ação apenas *bullying*. Temos vivenciado essa realidade ao perceber situações de racismo nas escolas, essas ações criminosas são silenciadas ou não são tratadas com a devida seriedade, muitas vezes são vistas apenas como brincadeira de mau gosto ou reduzidas a questões de *bullying*.

Nas instituições de justiça vivenciamos realidade semelhante, onde muitos realizam denúncias por sofrerem racismo, porém, o tratamento judicial minimiza a ação do agressor, transformando em penas mais brandas ou até mesmo não aceitando prosseguir com a denúncia.

Neste aspecto, destaca-se ainda mais o papel da educação formal no sentido de conduzir o aluno a compreender e valorizar sua identidade negra, bem como entender o fenômeno do racismo, atuando de forma incisiva para combatê-lo.

Apesar de nosso interlocutor compreender o racismo e saber da necessidade de erradicar essa prática criminosa, quando ele afirma “mas isso aí a gente não ligava, é coisa que acontece”, há uma naturalização do sofrimento, já estamos tão acostumados a sofrer com o racismo que o naturalizamos em nosso meio, somos humilhados, silenciados, xingados e permanecemos calados frente a essas agressões.

Como professor, Melk acredita que a escola precisa trabalhar mais as questões de identidade do jovem quilombola e precisa-se de uma atuação mais incisiva no combate ao racismo para que o jovem que precise sair da comunidade possa estar minimamente preparado para a realidade que irá vivenciar.

A identidade negra é uma realidade que a escola precisa enfatizar não somente dentro do espaço educacional, mas precisa estender a discussão para toda a comunidade, como afirma nosso colaborador quando diz que “até o próprio negro daqui da nossa comunidade não quer se declarar como quilombola, aí a gente enfrenta essa resistência”.

Desta forma, muitos ainda precisa compreender a aceitar a riqueza da identidade negra quilombola para poder se aceitar como quilombola. Considerando a sociedade racista que vivemos, esse processo de aceitação de autodeclaração de quilombola pode ser demorado e doloroso, pois é preciso desconstruir todo o processo de subjugação do povo negro, é preciso desconstruir, principalmente no aspecto subjetivo, a subalternidade do negro imposta pelo escravismo.

A abordagem que a escola promove sobre essas questões já se configuram em caminhos para se alcançar essa desconstrução. No entanto, ainda não é suficiente, é preciso aprofundar ainda mais a discussão e caminhar para a efetivação de uma educação realmente voltada para as relações étnico-raciais.

O professor Melk afirma que a resistência de alguns moradores em se autodeclarar quilombola se dá em função da carência de compreensão da realidade contextualizada do quilombo. Muitos ainda acreditam que ao se declarar quilombola está se declarando preto fugitivo e sofredor

eles veem que quilombola ainda é aquele povo sofrido de antigamente. Eles dizem mesmo ‘eu não sou escravo’, eles não vê que aquela fase já passou, de certa forma a gente ainda é escravo, mas não como antes, nossos direitos infelizmente ainda é violados (Professor Melk, 2021).

Essa declaração reflete com bastante nitidez a necessidade da desconstrução do pensamento de subalternidade do negro. Alguns preferem negar sua identidade, sua origem, talvez pela carência no conhecimento do processo histórico de formação e resistência dos quilombos, pela precariedade no processo formativo através da

educação formal que não conseguiu fazer com que o negro quilombola compreendesse o seu papel histórico-social de forma mais ampla, justa e igualitária.

Destaca-se que o problema pode estar justamente no sistema de ensino formal, racista, que (de)forma o aluno ao invés de desenvolver estratégias para a valorização de sua história, de sua identidade, e para a compreensão de seu papel fundamental no processo de construção da sociedade brasileira, não como escravo, subalterno e explorado, mas como mão de obra que sustentou este país por mais de três séculos.

O professor Melk destaca a questão da merenda escolar, por se tratar de uma comunidade quilombola, a merenda precisa ser diferenciada. No entanto, até o período da entrevista, a gestão municipal não atendia essa realidade.

É importante destacar que a identidade do jovem quilombola não é moldada somente por aquilo que se aborda na escola, os costumes, os trabalhos do cotidiano, as relações sociais e até mesmo a alimentação são elementos que se juntam o reconhecimento do ser quilombola, para o desenvolvimento de pertença àquele grupo social.

Quando a gestão municipal não considera os costumes, as tradições alimentares da comunidade, altera o próprio ciclo natural da vida do aluno, modificando seus costumes alimentares, desrespeitando a tradição e até mesmo a legislação.

Em tom de brincadeira, porém destacando a seriedade do assunto, o Professor ressalta o fato de alguns moradores não gostarem de se identificar como quilombola quando se trata de questões de identidade, o processo de aceitação para autodeclaração até mesmo para compor a associação da comunidade é difícil. No entanto, quando a associação começa a agir e os benefícios são visíveis, principalmente benefícios financeiros, o interesse desperta em muitos moradores, destaca dizendo que “eles (alguns moradores) não querem reivindicar os direitos só querem na hora que chega algum benefício”.

Em relação aos professores que não são da comunidade, nosso colaborador destaca que precisa de formação continuada específica para atuação em comunidades tradicionais para poderem atuar na escola local. Propondo cursos de formação “de preferência com alguém que tivesse o conhecimento bem abrangente

na questão quilombola, porque as vezes eles trazem pessoas de lá, mas não tem bem conhecimento da realidade e acaba não repassando aquilo que realmente deveria”.

Segundo o colaborador, as pessoas que sempre são encaminhadas para o processo de formação continuada dos professores da comunidade são técnicos da Secretaria Municipal de Educação, que muitas vezes não é especialista na área ou tem dificuldades para promover o processo formativo adequado para os professores.

Desta forma, percebe-se que a problemática de carência da abordagem de alguns conteúdos no currículo escolar pode ser reflexo da ausência de formação adequada dos profissionais de educação, que já são formados por um processo elitista, celetista, racista que conduz o profissional da educação, de maneira subjetiva, a reproduzir estereótipos e até mesmo preconceitos.

No que diz respeito a relação da escola com a Associação, destaca-se que esta promove reuniões, rodas de conversa no sentido de esclarecer o seu papel dentro da comunidade e de tentar contribuir para que os moradores percebam a importância de se reconhecer como quilombola. O Professor destaca que a princípio algumas pessoas se recusaram a participar, outras começaram, mas desistiram e tiraram o nome da associação.

No entanto, à medida que vão percebendo os benefícios de se fazer parte do movimento associativo e percebem os benefícios que a associação traz para a comunidade, há uma ligeira mudança de pensamento. Neste sentido, a escola pode atuar de forma conjunta, estabelecendo parceria junto à associação para promover o processo de entendimento em relação à importância dos moradores se reconhecerem como quilombolas, tanto no aspecto pessoal quanto no aspecto educativo e comunitário.

O professor destaca que ainda há muita resistência em relação à receptividade dos moradores quando se trata de pesquisadores que chegam até a comunidade, afirmando que essa resistência ocorre em função de muitos pesquisadores procurarem a comunidade, obterem as informações e não darem o devido retorno aos seus informantes.

Desta forma, caminhando para os aspectos conclusivos da entrevista com o Professor Melk, percebe-se a necessidade de aprofundamento no processo formativo

da educação escolar formal, pois a escola, como instituição representativa do poder do Estado, tem papel fundamental na formação da identidade dos jovens.

Destaca-se que a escola não pode ser vista como única instituição responsável pelo desenvolvimento identitário do jovem negro quilombola, porém seu papel é decisivo para a desconstrução do pensamento de subalternidade do negro, para a compreensão do papel do negro na sociedade brasileira ao longo da história e para o combate ao fenômeno do racismo presente de diferentes formas nas mais diversas instituições sociais.

3.4 Pedro - Um jovem e um sonho

Nosso jovem colaborador pediu para não ter seu nome revelado, por isso vamos apelida-lo de Pedro, nascido no ano de 2005, atualmente com 17 anos de idade, solteiro, está cursando o 2º ano do ensino médio. Durante toda sua formação escolar sempre estudou na escola da comunidade, se identifica como quilombola, e declara sua cor como parda.

Pedro nunca morou em outro lugar fora da comunidade, mas diz que “a gente sabe como é por aí, tem muito preconceito” (Pedro, 2022). Seus pais nasceram no quilombo, onde residem até a data da entrevista. A mãe de Pedro estudou até o 3º ano do ensino médio, mas seu pai não teve acesso aos estudos, a família trabalha com a produção de farinha, mas no momento da entrevista tinham produção apenas para o consumo.

O jovem Pedro declara ter um bom relacionamento com sua família, bem como afirma não haver nada para reclamar sobre sua relação com os colegas da escola e os vizinhos da comunidade, afirmando que “é tranquilo, de boa”.

Ao ser questionado sobre as memórias que guarda da escola, Pedro afirma que não se recorda de lembranças negativas, porém, se lembra com muita alegria, das gincanas realizadas pela escola. Sobre os professores, Pedro não tem reclamações em aspecto pessoal, apenas diz que “quando a gente tira nota boa eles elogiam, isso é bom”.

A matéria que mais gosta de estudar é história, pois “estuda as coisas do passado, sobre os quilombolas, coisas que inclui a comunidade onde a gente vive”.

Em função de estar cursando o nível médio, onde as aulas são no Sistema Educacional Interativo – SEI, onde as aulas são virtuais, existe um monitor para discutir os assuntos e acompanhar as atividades dos alunos, de acordo com a descrição de Pedro, na comunidade funciona desta forma, assim, as atividades em grupo facilitam a compreensão do conteúdo, pois “tem outra pessoa para dar um palpite, um apoio”.

Percebe-se, na fala de Pedro, as dificuldades que o SEI apresenta e as necessidades dos alunos em ter alguém com quem dialogar sobre os assuntos apresentados, principalmente sobre os conteúdos que geram polêmica ou que tem relações com a história da comunidade.

Pedro destaca que gosta das aulas, por que a educação é o que vai garantir o futuro, seus pais o incentivam a ir para a escola, “mamãe até briga comigo”, destaca o jovem que deseja cursar pedagogia após concluir o ensino médio, declarando seu desejo pelo curso sem ao menos pensar ou hesitar.

A escola já discutiu sobre as temáticas que abordam raça, racismo e discriminação racial, porém Pedro não consegue lembrar partes importantes dessas abordagens, destacando que não tem conhecimento do termo identidade étnico-racial, destaca também que não percebe brincadeiras que ou atos de discriminação sobre o tipo físico de alguma pessoa, não teve nenhum conteúdo que o incomodou ao longo das aulas. Mesmo sendo questionado sobre as imagens de negros sendo maltratado nos livros, ao que Pedro responde dizendo que “foi verdade, isso aconteceu, eles sofriam mesmo”.

Neste ponto, nos questionamos se os fatos históricos estão sendo de fato questionados ou apenas reproduzidos de acordo com a educação eurocêntrica arraigada no seio da sociedade racista brasileira.

Ao ser questionado se a escola desenvolveu alguma atividade que o ajudou a se reconhecer como negro quilombola, Pedro afirma que não, e destaca que “a escola tem que incentivar mais os professores a falar sobre racismo, sobre as lutas que os negros tiveram” apontado para a necessidade percebida por ele ao longo da formação escolar dentro da comunidade.

O discurso de Pedro carrega consigo a esperança de um jovem negro que busca uma formação para além do que a escola da comunidade oferece, que tem

consciência do preconceito que existe no seio da nossa sociedade e reconhece a necessidade da escola discutir com mais propriedade e aprofundar temáticas que envolvam suas origens, a história de sua comunidade e do povo negro.

3.5 João - “Tem vezes que dá vontade de parar, mas eu continuo estudando”

João é um jovem rapaz nascido no ano de 2005, assim como Pedro, tem 17 anos e pediu para não ter o nome revelado, está cursando o 9º ano do ensino fundamental, “era pra tá na mesma série que os outros aí, mas rolou umas paradas aí eu fiquei reprovado e parei uns tempos”, afirma o jovem que só estudou na escola da comunidade, não teve experiência educacional em espaços fora do quilombo.

Nosso novo colaborador também se apresenta como quilombola e declara ser de cor parda, não morou em outro lugar além da comunidade, mas, na comunidade, mora com os avós. Seu pai estudou até a quinta série e trabalha como carpinteiro. João afirma ter um bom relacionamento com sua família, mas não revelou o motivo de morar com os avós.

Em relação aos colegas da escola e vizinhos da comunidade, João, afirma de tem bom relacionamento com todos. Sua vida escolar começou aos 5 anos de idade, entre as memórias positivas que guarda da escola, destaca a gincana, assim como Pedro, não se recorda de situações negativas ou de algum professor que o tenha tratado de forma negativa, apenas destacou o incentivo que alguns professores dão para que não pare de estudar.

Ao ser questionado se a forma como os professores ensinam interfere na aprendizagem ou permanência na sala de aula, João responde que “tem vezes que dá vontade de parar, mas eu continuo estudando”.

Nesta fala de João, percebe-se um descontentamento com a educação escolar, diferente da motivação de Pedro, João passou parou os estudos, atrasou no processo de aprendizagem e acabou fazendo parte da estatística de defasagem da escola, realidade que presenciamos em todos os lugares. Não foi possível identificar se a escola promove alguma ação para identificar esses alunos e acompanha-los de forma mais próxima.

João pretende cursar pedagogia, porém sua resposta se apresentou mais como a necessidade de responder algo do que como a vontade de ir além do que a escola local oferece, a motivação que saltou aos olhos quando Pedro responde pedagogia se ausentou na resposta de João. Os processos e realidades são diferentes, apesar de ser a mesma comunidade.

Não foi surpresa João afirmar que não tem familiaridade com o termo identidade étnico-racial e não lembra de haver discutido na escola, afirma que não tem conteúdo que o incomodou durante as aulas, que as brincadeiras na escola são “normais”. Até o momento a escola acredita que a escola não desenvolveu atividade que possa ajudá-lo a se identificar como negro quilombola.

Tentar compreender o processo pelo qual o jovem João passa nos proporciona uma perspectiva diferenciada do processo escolar, onde se destacam os conflitos, os problemas sociais, e onde se sobressaltam as estatísticas. São problemas recorrentes da realidade escolar, reflexo não de uma ou outra situação isolada, mas de uma série de fatores que culminam no afastamento do jovem do ambiente escolar.

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico é um documento com belas perspectivas, que discute e aponta muitas situações importantes, mas precisa ser mais vivenciado no cotidiano escolar, de forma concretizar as metas ali estabelecidas.

3.6 Felipe - Um jovem filósofo

O nosso próximo sujeito que se disponibilizou a colaborar com a pesquisa também optou por não ter seu nome divulgado, ao qual daremos o codinome de Felipe. Este jovem também é nascido no ano de 2005 e está atualmente com 17 anos de idade, solteiro, e está cursando o segundo ano do ensino médio na escola da comunidade.

Felipe se declara quilombola, e declara sua cor parda, toda sua vida escolar foi na comunidade, não morou em outro lugar além do quilombo, onde seus pais nasceram, seu pai e sua mãe estudaram até a terceira série do ensino fundamental e trabalham na produção de farinha, no entanto, assim como a família de Pedro, só tinham farinha para o consumo próprio.

Sobre seu relacionamento com a família, Felipe alega ser bom, em relação aos seus colegas e aos seus vizinhos na comunidade o jovem diz que “é bom, não sai briga, discussão, a gente brinca muito”.

Entre as memórias positivas que o nosso colaborador guarda da escola também destaca a gincana, onde “tem várias brincadeiras e a gente se diverte muito”, destaca ele. Em relação aos professores, não apresentou questionamentos negativos, mas destacou que os professores elogiam quando tira notas boas, incentivando a continuar.

Felipe gosta da disciplina de física e ao ser questionado sobre as perspectivas de estudos após a conclusão do ensino médio, chamou a atenção ao responder que gostaria de estudar filosofia pois “ajuda a entender melhor as coisas e faz alguns questionamentos”.

Repetindo a afirmativa dos alunos anteriores, Felipe também afirma não conhecer o termo identidade étnico-racial, que não ouviu falar dessa temática na escola, também não se sentiu incomodado por nenhum conteúdo ou alguma abordagem dos professores, bem como destacou que até o momento da entrevista, a escola não realizou alguma atividade que o tenha ajudado a se reconhecer como negro quilombola.

Faz-se importante destacar as considerações finais de Felipe ao ser questionado sobre o que a escola precisa discutir para colaborar com a identidade étnico-racial dos alunos, ao que respondeu afirmando que “a escola precisa trabalhar mais a história”, pois através dela é possível conhecer a história da comunidade, do povo negro, conhecer as lutas, as conquistas e assim conhecer a si mesmo.

3.7 Jamile – a jovem bailarina

Nossa nova colaboradora é uma adolescente de 14 anos de idade, nascida no ano de 2008, e aqui será conhecida como Jamile, esta adolescente está cursando o oitavo ano do ensino fundamental, até o momento da entrevista sua única experiência escolar foi na comunidade. Se declara quilombola e afirma que sua cor é preta, não morou em outro lugar além do quilombo, onde mora com os pais, diferente dos outros

entrevistados, os pais de Jamile nasceram fora do quilombo, no entanto, são descendentes de quilombolas e desde a infância residem na comunidade.

Os pais de Jamile estudaram até a terceira série e atualmente trabalham na produção de farinha, logo vem a informação que já não me causa surpresa, eles também, apesar de trabalharem com roça, só tem farinha para consumo próprio.

No que diz respeito ao relacionamento com a família, Jamile diz ser bom, com os colegas da escola afirma que “eles não zombam, não criticam a aparência, é bom brincam de forma boa”. Em suas memórias, destaca a gincana realizada pela escola, “tem muitas brincadeiras”.

Sobre seu relacionamento com os professores a colaboradora destaca que tem notas boas e os professores elogiam, entre suas disciplinas preferidas destaca-se o inglês, dizendo que não gosta muito de matemática e destaca que a forma como os professores ensinam “da vontade de estudar, não dá vontade de desistir”. Afirma que gosta das aulas porque “a explicação é boa”.

Jamile faz parte do grupo Raízes de Quilombo, grupo de dança que faz apresentações na comunidade e em outras localidades, inclusive na sede do município, e deseja continuar os estudos para ser dançarina profissional.

Assim como os demais, a adolescente também desconhece o termo identidade étnico-racial. Porém, destaca que a escola já abordou sobre o racismo “quando falaram sobre os negros que eram escravizados”. Destaca que nas aulas de história a escola desenvolveu atividades que a ajudou a se como negra quilombola. Afirmado que a escola “precisa trabalhar mais sobre o racismo e sobre os negros também”.

3.8 Clarice – a jovem enfermeira

Clarice tem a mesma idade de Jamile, nascida no ano de 2008, atualmente está com 14 anos de idade, cursando o oitavo ano do ensino fundamental, assim como os demais, só estudou na escola da comunidade. Se identifica como quilombola e declara ser de cor/raça preta. Não morou em outro lugar, sua única residência foi na comunidade, onde seus pais nasceram e viveram até a data da entrevista.

A mãe de Clarice trabalha na escola e estudou até a terceira série do ensino fundamental e seu pai cursou até o terceiro ano do ensino médio e trabalha com roça,

na produção de farinha, e a cena se repete, a família também não tem farinha para comercialização.

Sobre seu relacionamento com a família e com os colegas da escola Clarice diz que é bom, destacando: “me dou bem com todo mundo”. No entanto, ao ser questionada sobre seu relacionamento com os vizinhos ela destaca que “com alguns é bom, com outros não”.

Ao ser questionada sobre as memórias que guarda da escola ela desta que “os jogos, (gincana) foi muito bom”. E destaca que sua disciplina favorita é de história, pois “fala sobre os índios, os escravos, nossos antepassados”. Clarice diz que seus pais influenciam muitos nos seus estudos e que seu sonho é estudar para se formar em enfermagem.

Clarice não lembra de ter estudado o termo identidade étnico-racial, mas ressalta que as vezes, em algumas matérias, a já foi abordado na escola, temas como raça, racismo e discriminação racial. Ao ser questionada se já percebeu algum tipo de brincadeira ou discriminação que incomodam, sobre o tipo físico de alguma pessoa, respondeu com a seguinte afirmativa: “comigo não, mas com outras pessoas sim, brincadeiras de preconceito”.

Ao ser questionada sobre o que a escola precisa fazer para colaborar com o entendimento de identidade étnico-racial dos alunos, nossa colaboradora destaca que “os professores precisam estudar mais, eles estudam bem pouco sobre isso”, revelando uma realidade presente no cotidiano de nossas escolas e apontando para uma problemática que precisa ser abordada no que diz respeito aos profissionais que estão no espaço de formação de uma escola quilombola, onde faz-se necessário ir além do simples repasse de conteúdo, é fundamental que seja abordado, continuamente, discussões que conduzam para o entendimento da realidade social onde a escola está inserida, independentemente da disciplina, buscando adaptar a temática ao conteúdo proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade das comunidades quilombolas se constrói com base em conflitos, fugas, resistência e fortalecimento do povo negro face ao processo desumano de escravidão praticado no Brasil ao longo de três séculos. Portanto, pensar uma comunidade quilombola que apresente relações sociais, mas não apresenta conflitos internos é utópico e um grande equívoco.

Os discursos dos sujeitos aqui apresentados não descartaram a existência de conflitos entre a comunidade e a escola, entre os sujeitos que ali residem, ou até mesmo entre os moradores e seus visitantes, mas exalta o aspecto de suas percepções em relação ao processo educacional que ali se estabelece.

Cada colaborador é um universo de experiências e isso reflete em seu discurso, percebe-se claramente a diferença entre expressão, cada fala, de acordo com o nível formativo e as experiências dentro e fora da comunidade.

Os sujeitos que tiveram a oportunidade e conhecer o universo educacional para além da realidade da comunidade (Melck e Rosália) tem os discursos que se assemelham, provavelmente em função do nível formativo e de suas experiências fora da comunidade, no caso de Rosália seu discurso se acentua mais para as questões de resistência e identidade, realidade de pode estar relacionada com o fato de suas participações em movimentos sociais de representatividade do povo quilombola.

Com relação ao Professor Melck, apesar de apontar para a necessidade do combate aos estereótipos racistas, seu discurso é mais poético, denunciando a realidade do preconceito racial e valorizando sua identidade através da música e da poesia, discurso que pode se apresentar dessa natureza em função de sua formação acadêmica em Língua Portuguesa.

Ao pensar o discurso de Fernanda, percebemos uma realidade totalmente diferenciada em relação ao que se percebe nos discursos dos demais sujeitos. Rosália sentiu o racismo, mas não se deixou abater com isso, nem tão pouco foi silenciada, por outro lado, Fernanda experimenta a dor do racismo, internaliza essa experiência e sofre com a realidade que a sociedade preconceituosa lhe impõe.

A experiência da dor do racismo não é uma exclusividade de Fernanda, no entanto, ao internalizar essa realidade a dor se potencializa e a reação de combate

aos estereótipos racista se minimiza, permitindo, inconscientemente, que o racismo se propague no seio da comunidade.

Este comportamento pode estar associado com a experiência de Fernanda se limitar apenas ao espaço educacional da escola local, que, de acordo com o discurso dos sujeitos, apresenta um processo de ensino que discute, porém, pouco aprofunda a necessidade de resistência aos processos de racismo e ao fortalecimento da identidade negra quilombola, de forma que os sujeitos possam se orgulhar de sua realidade, tal qual apresenta o discurso de Rosália.

Ao perceber os discursos de João, Felipe, Pedro, Jamile e Clarice, percebemos certa semelhança em suas respostas e experiências, pois todos são alunos da escola local, vivenciam e compartilham dos mesmos espaços e das mesmas relações sociais.

No entanto, é importante destacar que os sonhos e as motivações são diferentes e são percebidas à medida que se percebe suas particularidades suas vivências familiares e suas relações no espaço social da escola e da comunidade, apesar os discursos dos rapazes não citar relações de conflitos, destacadas na fala de Clarice e Jamile, percebe que esses conflitos são silenciados na forma de brincadeiras.

Percebe-se que a escola local muito contribui com o desenvolvimento acadêmico dos moradores que por ali passam, seja na condição de aluno, professor, servidor de apoio educacional ou morador que participa de suas ações realizadas na comunidade.

No entanto, é importante destacar necessidade de um aprofundamento em diferentes aspectos que poderão fortalecer o processo de ensino e aprendizagem e atuar de maneira mais incisiva no fortalecimento da identidade étnico-racial dos sujeitos que compartilham daquele espaço.

Apesar de perceber que a escola busca promover ações que visem o combate aos estereótipos de racismo e preconceito, percebe-se, através dos discursos dos sujeitos da pesquisa, que estas ações ainda são limitadas e não alcançam com profundidade a transformação social necessária no seio da comunidade.

Esta realidade provavelmente está associada ao fato de alguns professores deixarem de buscar formação complementar no que diz respeito ao reconhecimento do espaço social no qual estão inseridos, buscando compreender sua realidade histórica e fortalecer as identidades dos sujeitos descendentes desse processo, promovendo uma educação que possa abordar suas realidade de forma transversal associando o conteúdo trabalho com as experiências de vida dos sujeitos, tornando-os protagonistas do processo educacional.

É fundamental destacar que a educação, principalmente a educação escolar quilombola, deve buscar alternativa para promover à população negra o fortalecimento de sua identidade, reconhecendo sua contribuição histórica para a construção do país, reconhecendo ainda o falso processo de abolição da escravidão e os contrastes de desigualdades sociais que se originaram a partir deste contexto.

Compreender essa realidade nos leva a pensar na necessidade do conhecimento de diversos caminhos que se abrem para o aprendizado a partir da experiência e das relações com os moradores do quilombo e sua relação com a escola. Entre os caminhos que podemos destacar a abordagem da construção de um currículo que possa fortalecer a identidade quilombola a partir de diferentes abordagens.

Outros caminhos podem ser percorridos a partir desta construção acadêmica, destacando a necessidade de aprofundar estudos que possam discutir a questão econômica da comunidade e sua relação com o meio ambiente, bem como os motivos que levam a produção agrícola, principalmente de farinha, ser insuficiente para suprir as necessidades locais. Podendo ser abordado ainda o processo de formação de professores que são contratados para atuar na escola da comunidade e a promoção de cursos formativos voltados para a preparação daqueles que buscam atuar em realidades de comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- MIRANDA, Shirley Aparecida de. QUILOMBOS E EDUCAÇÃO: Identidades em disputa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 193-207, maio/jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-193.pdf>. Acesso em mar/2019.
- PACHECO, Agenor Sarraf. A CONQUISTA DO OCIDENTE MARAJOARA: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (Org.) MUITO ALÉM DOS CAMPOS: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: Gknoronha, 2010. p. 13-32
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. ESCRAVIDÃO, FUGA E A MEMÓRIA DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO TOCANTIS. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. v. 22. p. 333-342. São Paulo 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10744/7976>. Acesso em: mar/2019.
- MATTOS, Hebe. "REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS": memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Publicado em *Revista USP*, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 104-111. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13486/15304/>. Acesso em: fev/2019.
- FURTADO, Marcella Brasil; SUCUPIRA, Regina Lúcia; ALVES, Cândida Beatriz. CULTURA, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE QUILOMBOLA: Uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), p. 106-115. Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: fev/2019.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - I.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro:LTC, 2008.
- KAUARK, Fabiana. Metodologia da pesquisa: guia prático / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum, 2010
- CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. 2001, Durban, África do Sul, Declaração, Durban
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. Cadernos De Pesquisa, (62), 3–34, 2003. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1253>. Acesso em: maio/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 01 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 8 de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e Quilombolas**: Cidadania ou folclorização. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>. Acesso em: março/2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: Raça e racionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SANTOS, José Antônio dos. Diáspora Africana: Paraíso Perdido ou terra prometida. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org.

Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194. ISBN 978-85-386-0383-2. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.